



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE ARTES

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA

TÍTULO | A CIDADE EM JOGO

Nome do Mestrando | António Pedro Silva Pinto de Sousa

Orientação | Prof.^a Dr.^a Aurora Carapinha

Prof. Dr. João Soares

Mestrado Integrado em Arquitetura

Dissertação

Évora, 2019



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE ARTES

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA

TÍTULO | A CIDADE EM JOGO

Nome do Mestrando | António Pedro Silva Pinto de Sousa

Orientação | Prof.^a Dr.^a Aurora Carapinha

Prof. Dr. João Soares

Mestrado Integrado em Arquitetura

Dissertação

Évora, 2019

A CIDADE EM JOGO



AGRADECIMENTOS

À minha Mãe, pela paciência e pela forma incansável com que contribuiu para tudo o que sou hoje.

À Professora Aurora pela integridade, assertividade, sabedoria e conhecimento que partilhou comigo.

Ao Professor João pela criatividade e pela capacidade de despertar em mim um pensamento crítico permanente .

À Rita, ela sabe porquê.

ÍNDICE

Resumo	15
Abstract	17
Objeto	19
Caso de estudo	21
Objetivos	23
Metodologia	25
Estado de arte	27
1 Paisagem	
1.1 Paisagem como sistema	35
1.2 Saúde e ambiente: definições	49
1.3 Saúde e ambiente: contexto urbano	57
2 Cidade	
2.1 Contextualização	67
2.2 A cidade como sistema	77
2.3 Cidade justa: espaço público e comunidade	93
3 Playground	
3.1 Cultura estandardizada	105
3.2 Vazios fundamentais	117
4 Conclusões	127
5 Bibliografia	133
6 Índice de imagens	139
7 Anexos	143

RESUMO

Título do trabalho: “*A CIDADE EM JOGO*”

O trabalho pretende refletir sobre o papel do espaço público aberto da cidade. Partimos do conceito de cidade como um subsistema do sistema paisagem, e de espaço público aberto como um subsistema do sistema cidade, não categorizados hierarquicamente mas sim, como partes de um todo dinâmico e em constante transformação.

A forma como o espaço público aberto evolui, desde o início das primeiras civilizações, está intimamente ligada ao sentido comunitário das mesmas, nele podemos observar o reflexo de uma determinada cultura, hábitos e tradições. Apesar de este espaço potenciar uma série de atividades próprias da cidade como as partilhas, as trocas e as relações interpessoais e sociais, existe também um aspeto, de carácter mais espontâneo, que se desenvolve no mesmo. O lúdico, enquanto atividade exclusivamente não produtiva, de carácter recreativo e associado à diversão, é uma das possíveis experiências do espaço público aberto de uma cidade. As vivências que este espaço possibilita, pelo facto de pertencer a toda gente e a ninguém em simultâneo, conferem-lhe um carácter singular, quase recreativo e ingénuo perante a austeridade da função específica que os edifícios em seu redor acarretam.

No campo do lúdico existem diversas atividades como o jogo, o brincar, o caminhar ou o estar, que se caracterizam pela sua função catártica ou de sublimação, contrastando com a célere especificidade funcional do quotidiano urbano-contemporâneo.

A presente dissertação pretende relacionar arquitetura, paisagem e saúde no espaço público aberto da cidade, nomeadamente nos atos dinâmicos de apropriação do espaço público; desde o caminhar até ao parkour; e compreender de que forma o espaço público aberto influi na qualidade de vida dos seus utilizadores.

Palavras chave: **Cidade, Paisagem, Saúde, Vazio, Lúdico, Jogo.**

ABSTRACT

Work title: "*THE CITY IN PLAY*"

The work intends to explore the role of the outdoor public space in the city. We start from the concept of the city as a subsystem of the landscape system and the public space as the subsystem of the city system, not hierarchically categorized, but as parts of a dynamic, and in constant transformation, whole.

The way in which the public space evolves, from the beginning of civilizations, is intimately linked to the sense of community in its inhabitants, in which we can observe the reflection of a certain culture, habits and traditions. Although this space has a series of activities such as sharing, inter-personal and social relationships, there is also an aspect, of a more spontaneous nature, that develops in it. The ludic, as an unproductive activity, recreational and associated with fun, is one of the possible activities in the public open space of a city. The experiences that this space enables, while being a space that belongs to nobody and to everybody simultaneously, give it a singular, almost recreational and naive character contrasting with the austerity of the monofunctional and productive buildings around it.

In the field of play there are various activities such as play, play, walking or being, which are characterized by their cathartic or sublimation function, in contrast to the functional specificity of everyday urban-contemporary.

The present dissertation tries to relate architecture, landscape and health in the public space of the city, more specifically, in the dynamic acts of appropriation of the public space; from the walk to parkour; and understand how public space influences the quality of life of its users.

Keywords: City, Landscape, Health, Void, Ludic, Play.

OBJETO

O espaço público aberto da cidade contém e é contido numa pluralidade de dimensões que definem a própria cidade em si. A dimensão social, resultante do cruzamento desta pluralidade (habitar, partilhar, trocar e vivenciar), é um fator decisivo na caracterização de uma cidade. Este cruzamento produz então uma dimensão que podemos chamar de identidade cultural: hábitos tradições ou costumes, rotinas e formas de estar que se inserem num ambiente construído com o qual estabelecem uma relação de simbiose: um gera o outro e vice-versa.

Para a compreensão da dinâmica social de uma cidade é necessário entender o seu espaço público aberto. Compreender a sua morfologia, como esta influi na movimentação dos habitantes, mas também perceber quais são as características que lhes determinam um sentimento de pertença ou afeição, por parte dos habitantes. Nestes espaços sedimenta-se o sentido comunitário e a identidade coletiva que caracteriza culturalmente uma determinada população.

Entender o espaço público aberto é entender as pessoas, as suas necessidades e as suas motivações para, temporariamente, trocarem o conforto da sua habitação pelo terreno comum, optando assim pelas vivências e experiências que este lhes podem proporcionar.

CASO DE ESTUDO

O centro histórico da cidade de Évora é um exemplo de espaço construído à escala do olhar, à escala do utilizador ou à escala humana. As curtas distâncias entre vazios e cheios convivem saudavelmente com uma multiplicidade de elementos arquitetónicos que nos permitem observar a espessura do tempo, transformando assim um percurso pedonal tão banal como casa-trabalho, numa riquíssima experiência de descoberta e conhecimento.

O facto de existir um fio condutor (uma linha dramática de cariz mais poético) que se caracteriza por um contínuo de descontinuidades, manifestando-se sob a forma de um conjunto coerente, contribui para que caminhar ou permanecer no espaço público aberto do centro histórico de Évora seja um ato prazeroso.

Sendo que estes espaços se apoiam maioritariamente no comércio como catalisador da dinâmica social, este trabalho pretende compreender que outro tipo de atividades ou formas de apropriação do espaço público aberto podem contribuir para um aumento da dinâmica social e das relações pessoais, produzindo uma conseqüente construção de sentido comunitário e melhoria da qualidade de vida dos seus utilizadores.

Pretendemos assim compreender a dinâmica social do espaço público aberto do centro histórico de Évora e, posteriormente, concluir acerca dos seus aspetos positivos e negativos, enumerando-os e sugerindo algumas medidas corretivas.

Procuraremos sempre demonstrar a importância da relação entre arquitetura e arquitetura paisagista enquanto disciplinas qualificadoras do espaço público aberto da cidade e da saúde e bem-estar dos seus habitantes.

OBJETIVOS

Pode o espaço público aberto condicionar a saúde dos utilizadores de uma cidade?

Esta é a pergunta de investigação que é tida como ponto de partida. Para encontrar uma resposta a esta questão, parte-se do conceito de saúde da OMS (Organização Mundial de Saúde): “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afeções e enfermidades” (OMS, 1946). Assim, procura-se um entendimento deste mesmo conceito que não seja literal, ou seja, por qualidade de vida entendemos não só saúde, um completo bem-estar físico e psicológico, mas também o direito à comunidade, às relações sociais e interpessoais que desta advém.

Assim questiona-se:

- 1- O conceito de saúde/doença em contexto urbano e a sua relação com o espaço público.
- 2- Pretende-se concluir qual a importância de um espaço público aberto bem desenhado (equilibrado do ponto de vista da biodiversidade, com qualidade arquitetónica e catalisador da dinâmica social) para a saúde dos seus utilizadores.
- 3- O espaço público aberto do centro Histórico de Évora, os seus aspetos positivos e negativos, e de que forma pode ser melhorado para que seja um espaço potenciador da saúde dos seus habitantes.

METODOLOGIA

Como foi referido anteriormente, a presente dissertação pretende entender a configuração do espaço público aberto (e todas as dimensões que isso engloba), e de que forma esta se reflete na saúde dos seus utilizadores.

Numa primeira parte serão explorados os conceitos de paisagem, cidade, comunidade, vazio urbano e lúdico como forma de compreensão do espaço público enquanto parte de um sistema. Posteriormente será explorado o conceito de saúde e a sua relação com o espaço construído. Pretende-se questionar a sua linearidade (saúde não é só um estado de não doença e vice versa), procurando uma terceira via, menos óbvia e mais relacionada com a configuração arquitetónica do espaço, para o entendimento da relação entre saúde e espaço público aberto. Posteriormente serão apresentadas as conclusões que pretendem responder à pergunta de investigação.

Numa segunda parte será feito um estudo do espaço público aberto de Évora, procurando compreender os seus aspetos positivos e negativos e de que forma os mesmos influem na saúde dos habitantes. Após a catalogação e observação será feita uma análise, de forma a sugerir possíveis melhorias para estes mesmos espaços. Estas melhorias serão sempre no sentido de tornar estes espaços em espaços que potenciem a saúde e bem-estar das pessoas, aumentando assim a sua utilização e permanência por parte dos habitantes.

ESTADO DE ARTE

Esta investigação tem como ponto de partida as definições de Paisagem de Gonçalo Ribeiro Telles, Francisco Caldeira Cabral, Aurora Carapinha, Rute de Sousa Matos e Charles Waldheim. Através destas definições pretende-se compreender a paisagem como um sistema multifuncional e complexo.

Para o entendimento da definição e organização da cidade enquanto sistema foi consultada bibliografia de autores como Jan Gehl, Fernando Távora, Zigmunt Bauman, Marc Augé e Henri Lefebvre, de forma a compreender todas as dimensões que este sistema engloba.

Para a definição de saúde, foram consultados documentos da Organização Mundial de Saúde. O estudo do tema da saúde e a sua relação direta com arquitetura e arquitetura paisagista tem vindo a ganhar relevância como consequência do crescimento urbano exponencial, nomeadamente nas super-cities, onde o problema da expansão é mais notório. Disciplinas como Evidence Based Design, Diagnosing Design e Active Design procuram a otimização da saúde no desenho do espaço como resposta a uma falta de planeamento urbano. Estas disciplinas baseiam-se nas ações, hábitos e condição física dos utilizadores da cidade (mobilidade, etc.) para, através de uma observação ativa, conseguirem produzir resultados que respondam de forma mais precisa às suas necessidades.

Foram também consultadas as definições de Terrain Vague (Morales, 2009) e de lúdico (Huizinga, 2000). Através da relação destas duas temáticas: vazio-lúdico, procuramos entender o espaço público e da sua relação com a saúde.

Dentro do conceito de Lúdico temos também como referência, o conceito de Playground ou Playscape, desenvolvido pelo arquiteto Aldo Van Eyck. Embora o contexto histórico social em que Van Eyck desenvolve as suas intervenções seja díspar do contexto atual, o suporte conceptual que utiliza, parece ser relevante numa época em que a identidade cultural caminha para uma homogeneidade.

No caso específico da cidade de Évora foi consultado o gabinete de Avaliação Permanente do Espaço Público (APEP). A função deste departamento, formado pelo arquiteto António Bouça e pelo Arquiteto Paisagista Daniel Valente, tem sido fazer uma análise permanente do espaço público da cidade, garantindo a sua funcionalidade e continuidade, bem como a sua capacidade de servir as necessidades dos utentes. Desde 2010 já foram redigidos vários relatórios e publicados três:

1- Higiene e Limpeza Públicas no Centro Histórico: Resíduos Sólidos Urbanos - Contentores Subterrâneos, 2010.

2- Manutenção, Higiene e Limpeza Públicas no Centro Histórico, 2012.

3- Tipologias e Estados de Conservação dos Pavimentos no Centro Histórico, 2015.

4- Relatório acerca da mobilidade pedonal no centro histórico (ainda não publicado).

Estes relatórios consistem numa descrição exaustiva dos problemas existentes no espaço público aberto do centro histórico, e apoiam-se num levantamento fotográfico e arquitetónico como forma de os inventariar. Também são apresentadas, na parte final de cada relatório, propostas de correção e intervenções para os problemas identificados.

“All work and no play makes Jack a dull boy.”
Jack Torrance

1. PAISAGEM



fig.1- O Jardim das Delícias (excerto), Hieronymus Bosch. A diversidade como característica principal da Paisagem.

1.1 PAISAGEM COMO SISTEMA

Enquanto arquitetos somos normalmente confrontados com a palavra Paisagem. É uma palavra que utilizamos bastante no exercício de projeto mas que, de forma geral, tendemos a simplificar o seu significado. Em arquitetura usamos a terminologia território para definir, erradamente, paisagem, reduzindo assim o seu significado a algo superficial, quando na verdade, paisagem, é um termo que abrange uma complexidade muito maior do que a que lhe reconhecemos. É portanto pertinente iniciar esta dissertação com um capítulo dedicado a este tema. Importa conhecer a paisagem e todas as dimensões que a mesma engloba, para que possamos intervir de forma mais informada e consciente sobre mesma. Devemos portanto entender e trabalhar sobre a paisagem de acordo com os mesmos princípios pelos quais os arquitetos paisagistas iniciam o seu trabalho, deixando de parte o seu entendimento superficial, como uma catalogação pictórica e fragmentada, procurando entendê-la de forma holística, como um sistema.

Entre as inúmeras definições de paisagem, iremos selecionar aquelas que melhor se relacionam com a temática da dissertação. Assim sendo, não nos interessam de momento as definições de paisagem que reforçam a seu entendimento enquanto elemento cenográfico (fig. 2 e 3) ou o seu carácter pictórico, interessam-nos sim aquelas que nos remetem para a sua qualidade de sistema caracterizado pela sua diversidade, multifuncionalidade e complexidade.

O primeiro termo ocidental que nos revela a paisagem enquanto um sistema de relações, evidenciando a relação homem-natureza, é a palavra alemã *Landschaft*¹ que data do séc. XVI. Esta palavra tem no seu significado não só a organização de espaço ou de uma parcela de terreno, mas também as relações homem-natureza, que se estabelecem aquando da ocupação deste mesmo terreno.

¹ “A origem germânica da palavra paisagem é referida por Assunto (1973), Dantec (1996), Donadieu e Périgord (2007), Jackson (2003), Luginbuhl (2008), Maderuelo (2005), Magalhães (2001) e Spirn (1998), onde parece estar contida, desde o início, a noção de uma entidade resultante da interacção entre a Natureza e o Homem.” (Matos, 2010, p. 14)



fig.2- O fotógrafo Julius Shulman prepara a encenação fotográfica, paisagem como elemento cénico.



fig.3- Fotografia de Julius Shulman da série Cliff May Home. Paisagem como elemento cénico.

Engloba também as relações que os habitantes têm com o lugar, entre eles (relações sociais) e as suas obrigações/responsabilidades para com a comunidade e com a terra.

Durante o séc. XX nasce o conceito de *Continuum Naturale*², utilizado por Francisco Caldeira Cabral, e posteriormente por Gonçalo Ribeiro Telles, é fundamental para o entendimento da paisagem enquanto sistema. Este conceito defende que deve existir uma interligação entre o espaço rural e o espaço urbano sem que a mesma prejudique ou comprometa os valores próprios de cada uma das partes. O campo e a cidade devem funcionar como um contínuo, pois ambos são partes integrantes, e decisivas, da integridade biológica do sistema paisagem (Cabral, 1980).

Posteriormente, mas ainda no séc. XX, Gonçalo Ribeiro Telles, cunha o termo *Paisagem Global*. Para Gonçalo Ribeiro Telles a paisagem global deve servir o ordenamento do território e possibilitar o desenho da paisagem aliado à humanização do espaço³. Este conceito defende o equilíbrio e a continuidade na humanização do território, anulando assim a simplificação da paisagem e potenciando a sua diversidade e multifuncionalidade. As cidades nascem através da passagem do nomadismo para o sedentarismo, através da agricultura e da fixação das comunidades num determinado lugar. Ao se fixarem nestes mesmos lugares as comunidades estabelecem uma relação de interdependência com a paisagem porque dependem da paisagem para subsistir e a paisagem depende dos seus cuidados para manter em funcionamento todos os processos e dinâmicas que lhe conferem sustentabilidade e continuidade⁴.

A continuidade entre campo e cidade sofre uma enorme cisão aquando da primeira Revolução Industrial. Com a introdução da máquina, os processos de produção são facilitados, permitindo uma maior produção em menor quantidade de tempo.

² “Vários autores, numa procura de novas estratégias que conduzam à multifuncionalidade daquela e ao seu entendimento, defendem que nestes espaços abertos deveria ser implantado um tecido contínuo e estruturante onde a paisagem surgisse como a estrutura fundamental deste Continuum, devendo ter como princípio a visão sistémica da paisagem, há muito implícita na prática e na filosofia da arquitetura paisagista, desde os primeiros parques públicos desenhados por Olmsted até ao conceito de Continuum Naturale, introduzido e desenvolvido, em Portugal, pelo Professor Caldeira Cabral, em meados do século passado, englobando todos os projetos que incluem conceitos de corredores verdes e de estruturas verdes ou ecológicas, todos eles essenciais, uma vez que permitem a ocorrência de processos ecológicos, fundamentais para o crescimento e desenvolvimento sustentável da cidade.” (Matos, 2010)

³ “A construção da paisagem humanizada faz-se procurando harmonizar os interesses do homem com a natureza, porque ele é, ao mesmo tempo, senhor e escravo dela.” (Telles, 1992, p. 5)

⁴ “Ruralizar a cidade e urbanizar os campos sem que esta atitude invalide os valores próprios de cada uma destas faces da sociedade e da paisagem.” (Telles, 1992, p. 8)

O aumento exponencial dos processos produtivos gera uma enorme migração das zonas rurais para as cidades, onde se desenvolviam as primeiras zonas industriais (fig. 4 e 5). Estas migrações surgem devido a uma procura de melhores condições de vida por parte dos habitantes do campo, visto que as cidades proporcionavam uma maior quantidade de emprego nas novas fábricas. Assiste-se então a um «boom» económico e demográfico, que leva a um aumento de procura de habitação nas cidades, e consequentemente, à sua expansão. Este ciclo vicioso, em que a produção, a oferta e a procura aumentam, é uma das principais causas da simplificação da paisagem. Devido ao grande volume de produção e consumo, a zona rural é transformada exclusivamente uma zona de produção que apenas responde às necessidades do mercado e das suas atividades económicas. Através da implementação de monoculturas extensivas e intensivas, de forma a responder ao aumento da procura, a paisagem tende a perder uma das suas características estruturantes: a multifuncionalidade. Ao reduzir a multifuncionalidade, reduz-se também a diversidade e a biodiversidade da paisagem, assistindo-se assim à sua simplificação. Ao simplificar a paisagem, o Homem compromete o sistema ecológico em que habita e do qual faz parte, já que lhe altera, de forma significativa, os processos e as dinâmicas que lhe conferem a capacidade de subsistência, comprometendo assim a sua própria subsistência enquanto espécie. Apontamos assim a macroeconomia como a principal causa da simplificação da paisagem.

O crescimento desorganizado das cidades tem a sua origem nesta forma precipitada de resolver um problema, respondendo apenas a uma instância sem que se pense no que isso pode originar a longo prazo. A economia, processo motriz da expansão da cidade, subverte o entendimento de território enquanto parte integrante do sistema paisagem. A camada base da paisagem que contém um enorme valor biofísico e cultural passa a ser entendida como uma tábua rasa, uma superfície inerte que apenas serve os propósitos da expansão, comprometendo assim todo o valor ecológico e cultural que engloba. Fatores como a impermeabilização do solo através da construção, o elevado número de automóveis, e a poluição dos oceanos que resulta da elevada atividade fabril, contribuem de forma decisiva para uma deterioração do sistema paisagem.



fig.4 - Paisagem Industrial, L.S. Lowry, óleo sobre tela, 1955. A subversão de um sistema através da sobreposição de outro, neste caso o fabril.



fig.5 - Paisagem Industrial, Andrew Howe, fotografia da série mono industrial landscape, 2013. O fumo como elemento predominante da paisagem industrial.

Durante o fim do séc. XX, a conjugação de todos estes fatores conduz a uma maior preocupação com o meio ambiente e consequentemente a um aumento da consciência ecológica global. No decorrer desta consciencialização inevitável, emerge uma nova corrente/definição de paisagem o *Landscape Urbanism*. Esta definição, que surge na última década do séc. XX pretende considerar a o sistema paisagem como modelo para o urbanismo, defendendo assim que o sistema paisagem estrutura o processo de formação/expansão das cidades⁵. Cunhada por Charles Waldheim, esta definição evidencia a relação vital entre paisagem, ecologia e urbanismo contemporâneo. Esta corrente surge como uma reação ao *modus operandi* do planeamento urbano baseado na arquitetura, afirmando que o mesmo é um modelo lento, dispendioso e inflexível na relação com a rápida dinâmica de transformação da cultura urbana contemporânea, e por sua vez com o sistema paisagem. Defende que a paisagem ultrapassa a arquitetura no papel histórico de bloco base de configuração do espaço urbano, privilegiando o território como base operativa e englobando nesta base todos os processos e interações dinâmicas que o sistema contém: o sistema paisagem guia o processo de formação/expansão da cidade.

Todas as definições de paisagem apresentadas anteriormente evidenciam uma dialética constante entre natureza e cultura, entendendo assim paisagem e cidade como um só sistema: uma construção cultural dinâmica. A complexidade deste sistema não pode ser entendida através de uma simples leitura da topografia do território. Devemos procurar, enquanto arquitetos, entender a paisagem na sua totalidade: um sistema composto por vários subsistemas⁶ complexos e dinâmicos, que se refletem num contínuo de descontinuidades, um espaço de vivências e experiências.

Entendemos então a paisagem através de quatro tópicos fundamentais: sistema, diversidade, complexidade e multifuncionalidade(fig. 6).

⁵“Também na recente corrente, designada de *Landscape Urbanism* (1996), que surge com o reacender de preocupações ambientais e ecológicas, com o crescimento do turismo e com as questões a ele associadas, com o sentido de unicidade e entidade, assim como com o impacto que o crescimento massivo das cidades tem sobre o espaço rural, a paisagem é proposta como modelo para o urbanismo, e é recomendada a integração das paisagens públicas com os sistemas de infra-estruturas, formalizando e conduzindo o desenvolvimento urbano, à semelhança do que aconteceu com o *Central Park* de *Frederick Law Olmsted*, onde a paisagem conduziu o processo de formação da cidade.” (Matos, 2010)

⁶ Por subsistemas entendemos todos os elementos que compõe a estrutura ecológica do planeta: relevo, morfologia, água, solo e subsolo, vegetação e todas as interações entre eles. Também estes subsistemas se dividem em pequenas partes igualmente complexas e, de igual importância, na preservação dos processos dinâmicos de transformação que conferem continuidade e sustentabilidade a esta mesma estrutura ecológica.



fig.6 - O sonho, Henri Rousseau, óleo sobre tela, 1910.

1.2 SAÚDE E AMBIENTE: DEFINIÇÕES

Partimos do conceito de saúde definido em constituição pela OMS: “A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade.” (OMS, 1946, p. 1).

O conceito de saúde tem vindo a modificar-se com o decorrer do tempo. Temos como principal ponto de viragem a interpretação/definição de saúde por Hipócrates de Cós (460-377 a.C.), pelo facto de ser a primeira abordagem à saúde que não a relaciona com a religião⁷, racionalizando assim esta visão e conferindo-lhe um carácter científico ao invés de um carácter mágico ou religioso. Nos escritos que lhe são atribuídos, que formam o *Corpus Hipocraticus*, Hipócrates contradiz esta noção de que a doença⁸, ou a ausência de saúde, seja uma punição pelo não cumprimento da norma religiosa, retirando-lhe o carácter intangível ou sagrado⁹. Hipócrates entende então o Homem como uma unidade organizada e equilibrada, um sistema composto por quatro humores ou fluidos principais: bile amarela, bile negra, fleuma e sangue. O seu entendimento de doença é então o de uma desorganização, ou um desequilíbrio, destes elementos que compõem o Homem.

⁷ “A doença era sinal de desobediência ao mandamento divino. A enfermidade proclamava o pecado, quase sempre em forma visível, como no caso da lepra. Trata-se de doença contagiosa, que sugere, portanto, contato entre corpos humanos, contato que pode ter evidentes conotações pecaminosas. O Levítico detém-se longamente na maneira de diagnosticar a lepra; mas não faz uma abordagem similar para o tratamento. Em primeiro lugar, porque tal tratamento não estava disponível; em segundo, porque a lepra podia ser doença, mas era também, e sobretudo, um pecado. O doente era isolado até a cura, um procedimento que o cristianismo manterá e ampliará: o leproso era considerado morto e rezada a missa de corpo presente, após o que ele era proibido de ter contato com outras pessoas ou enviado para um leprosário. Esse tipo de estabelecimento era muito comum na Idade Média, em parte porque o rótulo de lepra era frequente, sem dúvida abrangendo numerosas outras doenças.” (Scliar, 2007)

⁸ Entenda-se doença como um estado em que existe ausência de saúde, ou em que a mesma está reduzida e/ou debilitada.

⁹ “O texto intitulado “A doença sagrada” começa com a seguinte afirmação: “A doença chamada sagrada não é, em minha opinião, mais divina ou mais sagrada que qualquer outra doença; tem uma causa natural e sua origem supostamente divina reflete a ignorância humana”.” (Scliar, 2007)

Existem também referências à relação entre a saúde do Homem e meio que habita, nomeadamente no texto conhecido como “Ares, águas e lugares” que discute os fatores ambientais e a sua relação com a doença, potenciando assim a mudança de uma visão antropocêntrica para uma visão mais alargada, e mais relacionada com o ambiente, do conceito de saúde. Hipócrates é também o primeiro autor a apresentar uma visão proto epidemiológica da relação saúde-doença visto que se apoiava na observação empírica como forma de catalogar as relações entre saúde-doença e o meio em que o homem habitava.

Já na idade média, na Europa, assiste-se a uma alteração no conceito de saúde, passando o mesmo a estar diretamente relacionado com a religião ou com o incumprimento da norma religiosa. Embora esta conceção de doença ainda reveja o seu significado no pecado, alguns ideais hipocráticos eram mantidos. O *contra naturum vivere*¹⁰ era evitado a todo o custo, de modo a viver uma vida mais saudável e longa possível.

Com a descoberta do microscópio no séc. XVII introduz-se uma nova variável, ou subcategoria, responsável pela estado de doença: os micro-organismos. Esta descoberta ganha uma expressão global quando Louis Pasteur, já no séc. XIX, utiliza o microscópio nos seus estudos que vão dar origem à teoria microbiológica da doença. Com esta extraordinária descoberta, é possibilitada a prevenção da doença em larga escala, quer através da vacinação quer através da pasteurização, um processo que permitia eliminar alguns micro-organismos dos alimentos, através do aumento e posterior arrefecimento da temperatura dos mesmos, durante um determinado período de tempo.

Segue-se a descoberta de Epidemiologia¹¹ pelo médico Inglês John Snow (1813-1858). Através do seu estudo precursor da cólera na cidade de Londres, introduzindo a contabilização da doença, relacionando-a, quer através da sua distribuição quer através das suas causas, com o ambiente e com as populações em que ocorria¹².

Ainda no séc. XIX, existem inúmeros estudos que relacionam saúde e doença com o ambiente em que as populações habitam.

¹⁰ “Viver contra a natureza, perturbando o equilíbrio quer do próprio corpo quer do ambiente que o rodeia.

¹¹ A Epidemiologia consiste no estudo das epidemias (incidência de doença epidémica), relacionando as suas causas com a distribuição e o grau de incidência das mesmas, numa determinada população.

¹² “Se a saúde do corpo individual podia ser expressa por números - os sinais vitais -, o mesmo deveria acontecer com a saúde do corpo social: ela teria seus indicadores, resultado desse olhar contábil sobre a população e expresso em uma ciência que então começava a emergir, a estatística.” (Scliar, 2007)

Em 1826 é publicado um relatório¹³ que analisa a mortalidade dos diferentes bairros de Paris pelo médico Louis-René Villermé. Este relatório pretende relacionar o papel da industrialização com a saúde e a qualidade de vida da classe operária. Uma das observações mais interessantes é aquela que diferencia a qualidade de vida dos operários que mantinham uma vida familiar ativa daqueles que se dedicavam na totalidade do seu tempo ao trabalho (Villermé, 1840).

Em 1842, Edwin Chadwick apresenta um relatório intitulado de “*As condições sanitárias da população trabalhadora na Grã-Bretanha*” que leva a promulgação do Public Health Act, lei que origina e oficializa o trabalho direcionado para a saúde pública em Inglaterra, através da criação de uma Direção Geral de Saúde.

Em 1845 Friedrich Engels publica “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*” que descrevia as condições precárias e pouco humanas em que a classe operária vivia durante a revolução industrial.

Observa-se então uma procura pelas causas que inibem a saúde cada vez mais direcionada para a relação com os fatores que levam ao estado de doença, com o ambiente/sistema paisagem que integramos.

É mais tarde, já em 1948 que a OMS divulga o seu conceito de saúde. Para além da definição anteriormente explicitada¹⁴, este conceito implicava também o reconhecimento e responsabilidade, por parte do Estado, a um direito comum à saúde, sendo que lhe cabiam tarefas como promoção e proteção da mesma, numa determinada população.

Todas as definições abordadas anteriormente pretendem evidenciar a interdependência entre saúde e o ambiente que habitamos, de forma a demonstrar que existe uma influência do ambiente construído, e da sua relação com a paisagem, nos estados de saúde ou ausência da mesma, numa determinada população (fig. 7 e 8).

¹³ “*Tableau del’état physique et moral des ouvriers employés dans les manufactures de coton, de laine et de soie*” (Villermé, 1840)

¹⁴ “*A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade.*” (OMS, 1946, p. 1)



fig.7 - Slum conditions, RIBA, Londres 1930.



fig.8- Children posing for the photographer against the backdrop of workers' housing and industrial cooling towers, RIBA, Teeside 1969.

1.3 SAÚDE E AMBIENTE: CONTEXTO URBANO

Este subcapítulo surge como uma transição do capítulo Paisagem para o capítulo Cidade por uma variedade de razões que entendemos como sendo pertinentes para o entendimento da relação entre saúde, paisagem e cidade. Em primeiro lugar, o facto de a Paisagem ser o sistema que abrange tudo o que é construção, seja ela natural ou pela mão do Homem, englobando assim todos os aspetos que caracterizam a vida no nosso planeta. Enquanto este entendimento de Paisagem como sistema (vivo, complexo, dinâmico e multifuncional) não for completamente claro, não conseguiremos entender as dimensões, transformações e danos colaterais que as nossas intervenções enquanto arquitetos podem provocar. Em segundo, por existir uma espécie de autismo no entendimento do sistema cidade pelas entidades por ele responsáveis. Este sistema diferencia-se dos restantes subsistemas que estruturam a paisagem pelo facto de constituir uma parcela de território que foi humanizada, ou que sofreu a ação do homem.

Embora existam mais tipologias de paisagem humanizada, nomeadamente através da agricultura ou de redes viárias, é na cidade que podemos observar uma ação mais intensa do homem sobre a paisagem, chegando mesmo a haver uma intenção de criar um sistema independente da mesma, ainda que isto não corresponda à realidade pois a cidade é paisagem. Quando existe ação do Homem sobre a Paisagem ocorrem transformações que podem ser divididas em 2 categorias:

- 1- Benéficas para a Paisagem e para o Homem: quando a intervenção do homem consegue preservar a continuidade, mantendo um equilíbrio entre os processos e transformações que permitem a subsistência da dinâmica e complexidade do sistema Paisagem, possibilitando assim uma relação simbiótica entre ambiente construído e ambiente natural. Este tipo de intervenção salvaguarda a própria subsistência do sistema cidade, visto que o mesmo não existe em absoluto mas sim como parte integrante do sistema Paisagem.

2- Nocivas para a Paisagem e para o Homem: esta categoria abrange todas as intervenções por parte do Homem que comprometem a integridade do sistema paisagem na sua totalidade, interrompendo definitivamente todos os processos que a compunham, anulando assim uma parte de um organismo maior. Numa analogia ao corpo humano, composto por sistemas, órgãos, tecidos e células que interagem de forma multifuncional e complexa entre si, de forma a garantir um equilíbrio fisiológico, também a Paisagem é composta por inúmeros subsistemas. Tal como no corpo humano, se um desses sistemas for interrompido ou danificado, ele compromete o funcionamento dos restantes, provocando uma rutura no sistema biológico global. Sendo o Homem um organismo biológico que depende de um determinado número de condições ambientais para assegurar a sua sobrevivência, quando age de forma disruptiva em relação ao ecossistema que habita, está a condenar a sua própria sobrevivência enquanto espécie.

Em contexto urbano podemos evidenciar inúmeros fatores que influenciam a saúde dos habitantes da cidade. No âmbito esta dissertação optou-se pela escolha dos seguintes:

1- Poluição atmosférica urbana: gerada maioritariamente através da emissão de gases poluentes/nocivos pelos automóveis (fig.9 e 10). Poluentes como o ozono, dióxido de enxofre, dióxido de azoto, monóxido de carbono e chumbo são responsáveis pelo desenvolvimento de doença respiratória crónica e consequentemente pelo aumento da mortalidade cardiorrespiratória nos habitantes da cidade (Araújo, 1997).

2- Poluição no interior dos edifícios: gerada através da ausência de ventilação adequada, do contacto com os gases poluentes emitidos na rua, do contacto com gases poluentes emitidos noutros edifícios através de processos de produção (fábricas e oficinas, por exemplo). Nos edifícios totalmente climatizados podemos também observar a *síndrome dos edifícios doentes*. Esta síndrome tem origem na qualidade e na manutenção do sistema de ventilação, nos materiais utilizados na construção do edifício (fibras de amianto), nos materiais utilizados nas mobílias (colas, resinas e materiais sintéticos) e nas próprias atividades metabólicas dos seus utilizadores. A conjugação destes fatores contribui de grande forma para um mau estar dos habitantes a longo prazo destes edifícios¹⁵.

¹⁵ “ A *síndrome dos edifícios doentes* caracteriza-se por um pleomorfismo de sintomas que vão da irritação das mucosas oculares e nasal, ao ardor na garganta, às cefaleias, letargias, dificuldade em concentrar-se, sensação de cansaço, náuseas e sensação de opressão torácica. (...) Aliás, há relação estatisticamente significativa com as situações de insatisfação profissional e de stress físico e psicológico” (Araújo, 1997, p. 37)



fig.9- Gueorgui Pinkhassov Marrocos 2016



fig.10- Paolo Pellegrin Hong Kong China 2010.

3- O stress, a exclusão social e automarginalização e a incomunicabilidade¹⁶ no ambiente urbano: estes fatores de âmbito maioritariamente social influem diretamente na qualidade de vida e no bem-estar dos habitantes (Araújo, 1997).

O stress, em contexto urbano, tem a sua origem em diversas causas: o crescimento da cidade em altura dificulta a comunicação e a vida de relação entre os habitantes, o ruído proveniente da poluição sonora, a saturação visual proveniente do excesso de informação, o ritmo social que nos é instituído (desequilíbrio entre tempo de trabalho e tempo de lazer) e a convivência permanente com fatores prejudiciais à saúde como os gases nocivos, emitidos pelos automóveis. A estratificação social acentuada que empurra para as periferias e bairros degradados as minorias, contribui de grande forma para uma vida repleta de stress. Consequentemente, nestas comunidades existe uma maior taxa de violência, crime, depressão, alcoolismo e toxicod dependência. Nalgumas destas zonas particularmente degradadas, e sem saneamento básico, podemos até observar o aumento de doenças infectocontagiosas.

A exclusão social e a automarginalização são problemas latentes à estratificação social que só tendem a aumentar: quer através da especulação proveniente do mercado imobiliário (que aumenta exponencialmente o preço das casas nos centros urbanos, e origina processos de gentrificação¹⁷), quer através de uma cumplicidade promíscua entre governos e investidores privados que interpretam a cidade como uma oportunidade de negócio, comprometendo assim o seu carácter de lugar e a vivência da mesma.

A incomunicabilidade que outrora se verificava maioritariamente entre polos opostos das classes sociais é hoje em dia transversal. Existe no séc. XXI uma forma de estar associial nas cidades, resultado não só da proliferação da socialização tecnologicamente assistida¹⁸, mas também de um espaço público aberto descurado ou pouco capaz de responder às necessidades dos habitantes.

¹⁶ *Incapacidade dos habitantes comunicarem uns com os outros, quer pelo fato de os espaços públicos não potenciarem esta mesma comunicação, quer pelo tempo de “clausura digital” em que vivemos.*

¹⁷ *Entenda-se gentrificação como: “processo de transformação e valorização imobiliária de uma zona urbana, que acarreta a substituição do tecido socioeconómico existente (geralmente constituído por populações envelhecidas e com pouco poder de compra, comércio tradicional, etc.) por outro mais abastado e sem condutas de pertença ao lugar.” (Editora, 2017)*

¹⁸ *As redes sociais substituem hoje em dia as relações pessoais bem como a interação e a vivência do homem enquanto ser social, conferindo um facilitismo ilusório ao ato de socializar, o que deturpa o próprio significado das relações interpessoais e sociais.*

2. CIDADE



fig.11- Robert Doisneau, Diagonal Steps, Paris.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Durante o séc. XX assistimos a um crescimento exponencial dos centros urbanos onde as várias revoluções industriais e os consequentes avanços no campo da tecnologia, ciência e da indústria possibilitaram uma maior velocidade nos processos produtivos e consequentemente construímos de uma cidade. A escala temporal em que a cidade se desenvolvia é assim alterada, maquinizada, de forma a corresponder ao crescimento em que se insere. O desenho urbano ganha então um papel fundamental na organização e gestão de uma cidade que parece ganhar vida própria.

A reflexão em curso pretende abordar a cidade contemporânea, a mesma que resulta de duas revoluções industriais e de uma decorrente revolução tecnológica. Uma cidade em que a velocidade e a mobilidade são fatores dominantes da construção da sua morfologia e das vivências que possibilita.

Na contemporaneidade, o ritmo maquinizado da urbe, conduz a uma vivência da mesma cada vez mais volátil. O «partir» e o «chegar» substituem o «estar» na máquina urbana. O «estar», no entanto, é cada vez menos coletivo, o hiper fluxo de informação que advém de uma crescente globalização, contribui de forma expressiva para o isolamento social, uma espécie de clausura contemporânea obcecada por um consumo insaciável de dados (data: conjunto de informações). Zigmunt Bauman na sua obra *Liquid Modernity* (Bauman, 2000), define o período em que vivemos como modernidade líquida: uma sociedade de consumo dominada pela cultura do imediatismo e do individualismo. Uma sociedade que subverte o significado de felicidade, interpretando-o como um aumento da capacidade de consumo (quantidade). Assiste-se assim a uma perda de civilidade e a uma crescente descaracterização do ser humano enquanto animal social .

¹⁹ *Estar no sentido de permanecer, vivenciar.*

²⁰ “Civilidade: observação de regras de urbanidade em sociedade; cortesia; polidez. Do latim *civilitate*-, «qualidade de cidadão» ” (Costa & Mello, 1977)

²¹ “The main point about civility is - let me repeat - the ability to interact with strangers without holding their strangeness against them and without pressing them to surrender it or to renounce some or all the traits that have made them strangers in the first place.” (Bauman, 2000, pp. 104-105)

De que forma influi a arquitetura no comportamento dos habitantes da cidade, nomeadamente no que toca a esta escolha de uma forma de estar associal, desligada das relações interpessoais e da troca de conhecimentos mas constantemente ligada a uma rede virtual de informação, é uma questão que nos colocamos frequentemente.

A compreensão do espaço público aberto da cidade contemporânea torna-se crucial para o entendimento da dinâmica social da mesma. A sua morfologia, a sua localização, a sua espacialidade e as experiências que pode proporcionar aos utilizadores, são características que resultam, não só de um processo de projeto e posterior construção, mas também de uma apropriação. Logo, entendemos a cidade como uma relação dinâmica entre vivência e construção.

Num processo de projeto ideal participariam disciplinas como: a Sociologia, o Urbanismo, a Arquitetura Paisagista, a Arquitetura e a Medicina. Esta relação transdisciplinar iria otimizar a interpretação de todas as dimensões do espaço público e conseqüentemente, produzir uma melhor resposta, mais completa, aos seus problemas. Na maioria das vezes, pela velocidade, pela visão economicista e sectorial que coloniza as decisões atuais, nem sempre estão reunidas as condições para a realização de um trabalho transdisciplinar. Assim sendo, o espaço público aberto não responde, de um modo geral, às necessidades dos habitantes, transformando-se num espaço de passagem, vazio de conteúdo e de significado.

Contudo, existem espaços públicos abertos que foram pensados de forma transdisciplinar, permitindo uma maior compreensão de todas as dimensões que o mesmo engloba. Estes contribuem assim para que se construa uma maior afeição por parte dos seus utilizadores e conseqüentemente uma maior permanência e vivência. Quando isto acontece, verifica-se um aumento das relações interpessoais, sociais e o sentido identitário e comunitário dos habitantes da cidade é reforçado (fig. 12 e 13).

Embora o planeamento pluridisciplinar possa contribuir em grande parte para o bom funcionamento de um espaço público, nem sempre encontramos neste mesmo planeamento a razão pela qual existe uma apropriação mais ativa de um lugar. Ignasi de Solà Morales, no seu artigo *Terrain Vague* (Morales, 2009) demonstra que nem sempre é necessário planejar ou equipar um lugar para que exista uma apropriação por parte dos utilizadores. Nestes vazios podem ter lugar vivências invulgares que se traduzem em memórias perenes e significativas.



fig. 12- Jardins do edifício da Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

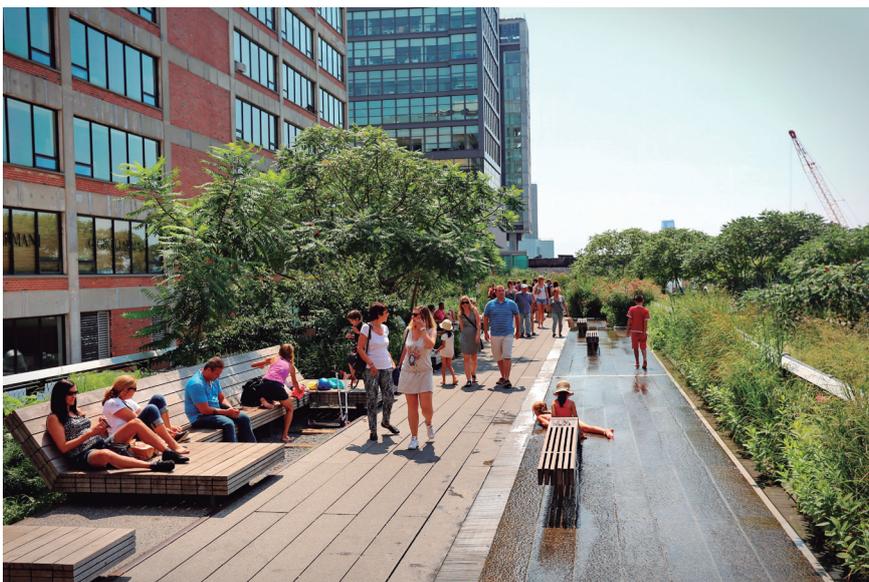


fig. 13- High Line, Nova Iorque.

São terrenos mutáveis e expectantes que acolhem a função que o utilizador lhes quer conferir, exatamente por se encontrarem fora do escrutínio político ou legislativo (fig.14 e 15).

Perante esta situação questionamo-nos então acerca do planeamento urbano. Será este uma instrumentalização político-económica da arquitetura que restringe e condiciona a apropriação espacial, ou será este uma forma de trazer segurança e bem-estar aos habitantes da cidade?

Segundo Zygmunt Bauman (Bauman, 2000) existem dois aspetos absolutamente necessários para o bem-estar: liberdade e segurança. Estes dois aspetos são interdependentes na cidade contemporânea, pois quanto mais segurança tivermos menos liberdade temos e vice-versa. Desta dualidade surge a complexidade associada ao desenho do espaço público aberto. A configuração deste espaço é determinante na medida em que deve conferir aos seus utilizadores uma vivência equilibrada entre liberdade e segurança, contribuindo para um bem-estar pessoal e social.

Segundo a Constituição da Organização Mundial de Saúde de 1946 a definição de saúde é: um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade (OMS, 1946).

De acordo com esta definição podemos constatar que a saúde de uma determinada pessoa ou população não depende exclusivamente do seu bem-estar físico e mental em absoluto, mas também do seu bem-estar social, da sua vida em comunidade e das relações sociais que esta mesma vida em sociedade proporciona.

Sendo o urbanismo (e a arquitetura) uma das áreas com maior importância na construção daquilo que é tangível, e consequentemente do que não o é (interações, relações, dinâmicas e apropriações), no espaço público aberto de uma cidade, podemos considerar pertinente tentar estabelecer uma relação entre arquitetura e saúde e de que forma se pode considerar a arquitetura, enquanto meio de relação Homem-espaço-mundo, como um fator condicionante da saúde.

²² “La imaginación romántica que pervive en nuestra sensibilidad contemporánea se nutre de recuerdos y de expectativas. Extranjeros en nuestra propia patria, extraños en nuestra ciudad, el habitante de la metrópoli siente los espacios no dominados por la arquitectura como reflejo de su misma inseguridad, de su vago deambular por espacios sin límites que, en su posición externa al sistema urbano, de poder, de actividad, constituyen una expresión física de su temor e inseguridad, y a la vez una expectativa de lo otro, lo alternativo, lo utópico lo porvenir.” (Morales, 2009, p. 128)



fig. 14- A Zona, Stalker, Andrei Tarkovsky 1979.



fig. 15- David Hurn, Gales 1977.

2.2 A CIDADE COMO SISTEMA

Quando entendemos a cidade enquanto um sistema, percebemos que esta é composta por diversos elementos com diferentes funções. Estes elementos definem os subsistemas espaciais da urbe, que se articulam de forma a organizar um conjunto construído e multifuncional que responde às necessidades de vida do ser humano.

Podemos dividir estes espaços em dois grandes grupos: o espaço público e espaço privado. Por espaço privado entendemos os edifícios ou os lugares que servem única e exclusivamente o seu utilizador/proprietário, e aqueles a quem ele permite acesso; por espaço público entendemos todos os locais da cidade que tem estatuto público.

A casa é a maior parte do espaço construído da cidade, tendo como objetivo conferir ao seu utilizador um abrigo, na sua função primordial, e estabelecer relações com a envolvente que integra, possibilitando assim a vivência da cidade e o conforto do habitar (dualidade liberdade e segurança).

A rua, que tem como função basilar ser o elemento estruturante e promotor de interações de uma cidade. Também deve servir a mobilidade e a facilidade de acesso entre as várias zonas da cidade. A rua pode ser estritamente pedonal ou um misto entre circulação automóvel e pedonal. A rua é assim, em conjunto com as praças e outros espaços públicos abertos, um elemento estruturante e articulante da cidade. Cabe-lhe organizar e estabelecer caminhos entre os diversos lugares da cidade, enquanto potencia as relações sociais entre os seus habitantes.

Quando existe um número maior de habitações contíguas constitui-se o bairro. O bairro contém habitações, normalmente semelhantes em tipologia, e constitui-se através da articulação das mesmas com espaços públicos abertos.

Pode ou não conter um espaço público-privado mais restrito, mas regra geral, o espaço público de um bairro também é espaço público da cidade. Este conjunto gera assim uma pequena comunidade que estabelece entre si um conjunto de relações sociais mais significativas, nem que sejam apenas fruto da proximidade. O bairro é assim um conjunto de elementos que configuram, através da sua espacialidade e vivências, um sentido e uma identidade comunitária de um determinado lugar da cidade. Compõe-se, idealmente, por núcleos habitacionais²³, edifícios de serviços e espaços públicos de permanência e lazer. O bairro integra então a rua, criando as vias de comunicação necessárias para a mobilidade dos seus utentes. A forma como o bairro se relaciona com a rua é crucial para a definição do seu funcionamento em comunidade.

A rua pode ser encarada como uma fronteira; atitude exclusiva; ou como uma continuidade do próprio bairro; atitude inclusiva.

Ao autonomizar o bairro da rua (através de um reforço do limite físico bairro-rua), impõe-se um limite às próprias relações sociais entre os habitantes do bairro e os diversos habitantes da cidade, em contraponto, ao relacionar a rua com o bairro para manter a continuidade do espaço urbano, potenciam-se as relações sociais entre todos os habitantes da cidade (fig. 16 e 17).

De um forma utópica tendemos a imaginar os limites de um forma pouco rígida ou meramente subentendidos (fig. 18), na realidade são estas mesmas fronteiras que nos conferem um sentimento de apropriação, de algo que é só nosso, embora partilhado com uma pequena comunidade de habitantes, e são estas mesmas fronteiras que nos transmitem a sensação de conforto e segurança que procuramos numa habitação.

É difícil encontrar um equilíbrio no desenho do limite, alguns modelos de habitações coletivas resultam em edifícios segregadores e elitistas enquanto outras assumem o carácter de bairro social. Ambas estas tipologias potenciam o isolamento, não do indivíduo em relação a um grupo pequeno mas sim de um grupo pequeno em relação a um grupo maior.

²³ Todas as diferentes tipologias excluindo os condomínios privados, que, tal como o nome indica, anulam a lógica de espaço público e da sua continuidade.

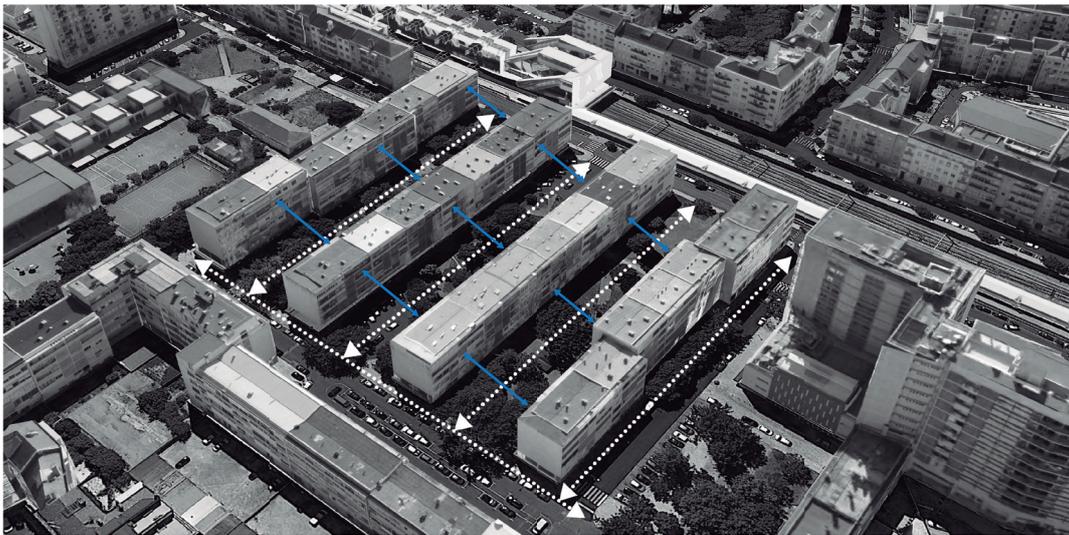


fig. 16- Bairro das Estacas, Lisboa. A branco a continuidade que o bairro estabelece com a rua, a azul as relações que o bairro possibilita no seu interior.

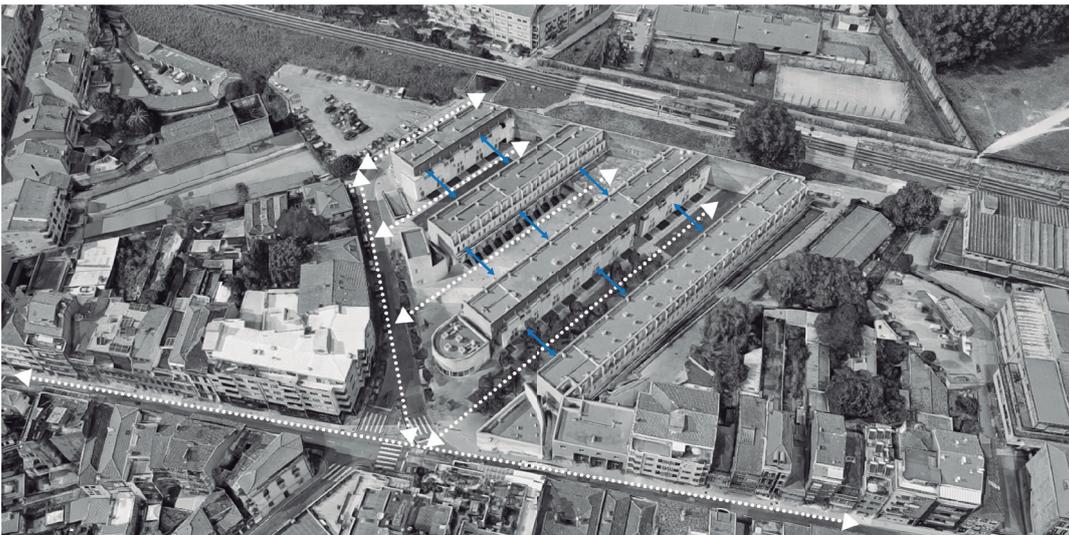


fig. 17- Conjunto habitacional da Bouça, Porto. A branco a continuidade que o bairro estabelece com a rua, a azul as relações que o bairro possibilita no seu interior.

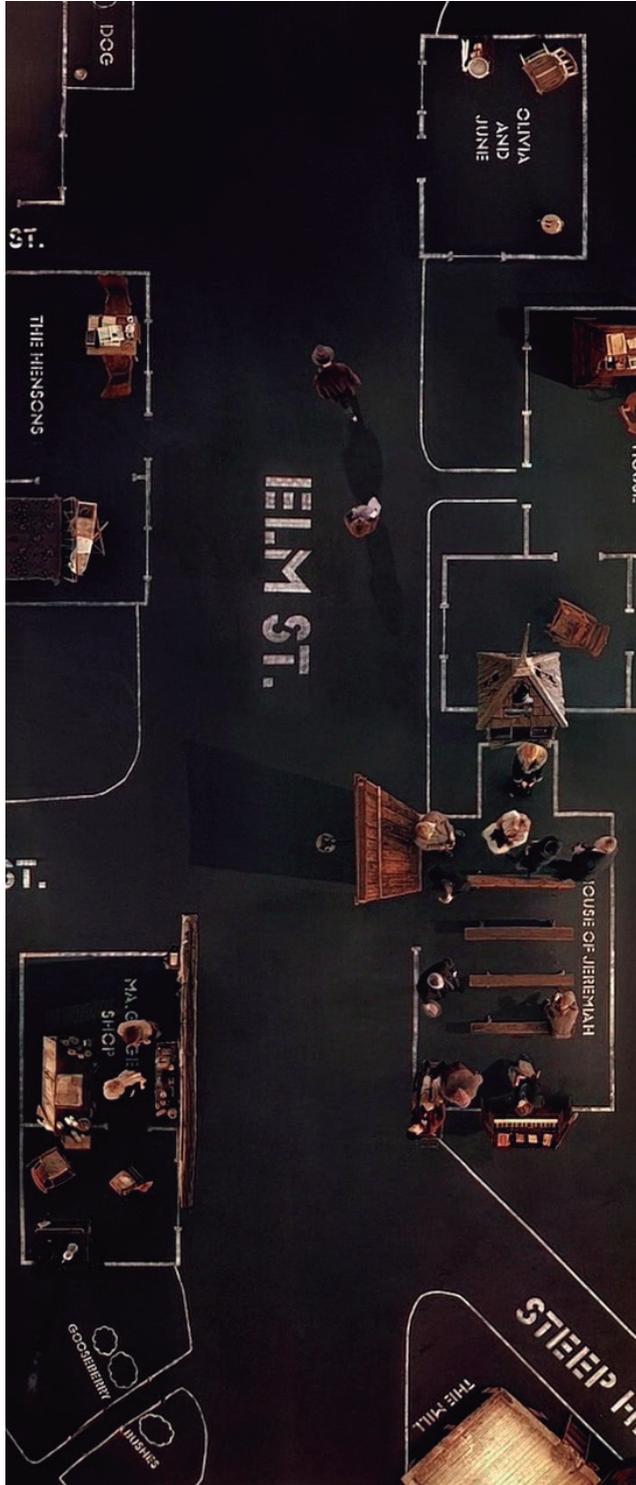


fig. 18- Dogville, Lars Von Trier, 2003.

Um bom exemplo de integração pode ser observado no trabalho do arquiteto Alejandro Aravena (fig. 19). O arquiteto opta pela implantação das zonas de habitação social numa localização mais próxima do centro urbano. Embora o custo do terreno seja maior, os ganhos do ponto de vista social são muito superiores. Ao encurtar a distância entre estas habitações e os centros urbanos, as comunidades conseguem manter e aumentar progressivamente a sua rede de contactos, o que contribui para uma maior vivência a cidade enquanto um contínuo do seu bairro. É uma integração direta por aproximação. Esta operação permite que se criem pequenas comunidades mais próximas umas das outras, o que leva à formação de uma comunidade maior, que é no fundo o verdadeiro intuito de uma cidade.

Sendo a opção de viver em comunidade, a principal razão pela qual se formam as cidades, por que razão podemos constatar que cada vez mais, o sentido comunitário se extingue na cidade? Esta é uma questão pertinente para a compreensão da espacialidade da urbe, dos lugares que a compõe e para perceber de que forma potenciam a vivência da cidade enquanto uma comunidade.

Quando pensamos em não-lugares (Augé, 2012) somos remetidos para sítios de utilização rápida, volátil e não significativos para a construção de relações sociais que fomentam o sentido comunitário. No entanto se colocarmos em causa o conceito de não-lugar definido por Marc Augé percebemos que até um não-lugar pode ser um palco de vivências, experiências e relações pessoais (por exemplo: os trabalhadores de um aeroporto estabelecem entre si laços como em qualquer outro local de trabalho).

Então, dizer que espaço público aberto da cidade é, atualmente e na sua maioria, constituído por não-lugares parece ser uma falácia, visto que até uma infraestrutura tão impessoal como um aeroporto ou um centro comercial tem a capacidade de gerar relações sociais. O problema é intrínseco aos seus utilizadores e não tem origem na infraestrutura em si. Esta questão é latente na geração do imediatismo²⁴, em que a necessidade de velocidade na mobilidade privilegia a passagem, tornando a permanência desinteressante ou supérflua, transformando assim o espaço público, num espaço servidor.

²⁴ “All values, as Georg Simmel observed, are 'valuable' in so far as they are to be gained only by forgoing other values; it is the 'detour to the attainment' of certain things which is the cause to regard them as valuable. (...) If no time needs to be lost and forgone - 'sacrificed' - to reach even the remotest of places, places are stripped of value in the Simmelian sense. (...) Time is no longer the 'detour to the attainment', and thus no longer bestows value on space. The near-instantaneity of software time augurs the devaluation of space.” (Bauman, 2000, pp. 117-118)



fig. 19- Quinta Monroy, ELEMENTAL, Chile.

“We in Elemental have identified a set of design conditions through which a housing unit can increase its value over time; this without having to increase the amount of money of the current subsidy. In first place, we had to achieve enough density, (but without overcrowding), in order to be able to pay for the site, which because of its location was very expensive. To keep the site, meant to maintain the network of opportunities that the city offered and therefore to strengthen the family economy; on the other hand, good location is the key to increase a property value.”

O sistema cidade é por si só um conjunto de subsistemas que interagem entre si de forma dinâmica, mas também é parte integrante de um sistema maior: o sistema Paisagem. No sistema Paisagem a diversidade e a multifuncionalidade são duas das características vitais e estruturantes. São estas características que lhe conferem a possibilidade de subsistência e renovação ao longo do tempo. Sendo a cidade parte deste grande sistema, por que razão caminha para uma homogeneização quando se deveria constituir por um contínuo de descontinuidades como a sua condição natural o sugere?

O crescimento desorganizado das cidades pode ser um dos fatores responsáveis pela secundarização e consequente ausência de significado no espaço público aberto. A cidade ou o “monstro” (Távora, 1999) sofre um crescimento exponencial, disforme e atroz, fruto de uma evolução tão veloz que extingue o pensamento do homem, que se torna ultrapassado e vítima das suas próprias criações. As mega cidades abandonam por completo a escala humana (fig. 20) e contribuíram para uma descontinuidade na organização do espaço, a sua fugacidade é uma antítese à organização prudente e harmónica do espaço.

Assiste-se assim a uma crescente simplificação da paisagem (Telles, 1992) e consequentemente a uma simplificação de todos os sistemas que a compõe, incluindo a cidade. Este processo é um reflexo direto de uma macroeconomia sem escrúpulos, indiferente à realidade ecológica, da qual a estabilidade do espaço, e a consequente capacidade de instalação de comunidades nesse mesmo espaço, depende.

Sendo que a economia pensa a arquitetura e não a comunidade/cidade, e sendo que a construção está diretamente relacionada com a economia, podemos concluir que uma abordagem monodisciplinar, isolada, baseada única e exclusivamente numa visão sectorial e segmentada, ao processo de pensar e fazer cidade, vai de encontro à subversão da sua característica mais importante: diversidade/ diferenciação positiva.

Sem diversidade é impossível manter as relações dinâmicas e os processos de transformação próprios e necessários do sistema paisagem. Procuramos então perceber de que forma a transdisciplinaridade, no processo de ordenamento e planeamento, pode contribuir para uma cidade justa. Uma cidade que reforça o sentido de identidade e sentido comunitário dos seus habitantes e que respeita uma continuidade com o sistema que integra, a paisagem, melhorando assim a qualidade de vida dos seus utilizadores.



fig. 20- Tóquio 2010, Paolo Pellegrin.

2.3 CIDADE JUSTA: ESPAÇO PÚBLICO E COMUNIDADE

O conceito de justiça, neste contexto, não se limita à jurisprudência. Debateremos justiça como igualdade de direitos, oportunidades e opção de livre arbítrio.

Partimos do conceito de *Cidade Justa* enquanto cidade que reconhece e respeita os direitos fundamentais do ser humano e consequentemente, respeita o sistema paisagem (e todos os subsistemas que a compõe) na qual está integrada.

O sistema cidade é um sistema dinâmico, como tal, a sua transformação é contínua ao longo do tempo. Estas transformações ocorrem no sentido de responder a um conjunto de necessidades que se vão manifestando, consoante a época e o contexto, pelas sociedades que as integram. Existe uma relação constante entre o que é matéria inerte (ou construção) de uma cidade e os seus habitantes. Uma cidade não é apenas uma manifestação formal absoluta, mas sim o resultado de inúmeras relações sociais entre os seus utilizadores e interações com a matéria que os envolve (Lefebvre, 2008).

Atualmente, e desde a segunda metade do século XX, a forma de desenhar a cidade assenta essencialmente na especialização da forma e do tipo, e na mobilidade rodoviária (Carvalho, 2016), seguindo modelos urbanísticos herdados do século XIX que transformam o «fazer cidade» numa ação puramente colonizadora com tendência a secundarizar: o espaço em redor de um edifício; as relações e as dinâmicas sociais da rua e da própria cidade. O resultado de uma produção de cidade que valoriza o acessório é o individualismo, como uma subversão do valor basilar na origem do sistema cidade: a comunidade.

Sendo que entendemos cidade como um conjunto de pessoas que decidiu viver em conjunto, uma comunidade, por que razões a cidade contemporânea tende a enaltecer o individualismo, a segregação e o isolamento? (fig. 21)



fig. 21- Marcel Giró, Brasil.

Na conjuntura atual, o ato de habitar é exigente. As exigências de conforto no habitar da sociedade contemporânea, nos países desenvolvidos, contrastam cada vez mais com as dos países em desenvolvimento. Esta transformação ocorre paralelamente ao crescimento tecnológico exponencial que vivemos atualmente. Alterações na forma como comunicamos, como nos informamos e como nos deslocamos, têm influência direta na forma como habitamos. A expressão “*machine à habiter*”, cunhada por Le Corbusier, faz agora mais sentido que nunca. A automatização do habitar na contemporaneidade é uma característica que o define quase em absoluto. O papel da casa como parte integrante da cidade fica assim limitado ao seu aspeto tangível, à sua presença material, deixando de parte a relação casa-cidade, morador-rua, em prol de um ser em absoluto. O paradigma do habitar altera-se, as relações pessoais minimizam-se, a velocidade é um requisito mínimo para o sucesso e o sucesso um requisito mínimo para ser.

Um ciclo vicioso, reflexo da economia cavalgante que dilacera princípios e valores na premência de lucro. O espaço público aberto deixa de ser um espaço de debate, troca de conhecimento e opiniões, e passa também ele a ser um reflexo da condição contemporânea volátil e consumista.

Este mesmo espaço, que outrora foi espaço de debate, troca de conhecimento e relações significativas entre pessoas, vê a sua identidade atualmente em crise. A partir da segunda metade do séc. XX verifica-se, a nível global, a introdução do automóvel como o meio de transporte mais utilizado nas cidades. Esta alteração na forma como nos movimentamos no espaço urbano vai influir diretamente na forma de pensar e planejar a cidade. O planeamento modernista²⁵ é o novo paradigma dominante do planeamento urbano. A relação distância/tempo nas cidades é alterada, levando assim a uma nova forma de pensar o espaço, dando origem a um distanciamento suportado na infraestrutura rodoviária como base para o planeamento.

²⁵ Referente às políticas de sectorização e zonamento que contribuíram de grande forma para anular a multifuncionalidade dos espaços públicos, nomeadamente a Carta de Atenas que interpreta o urbanismo enquanto um zonamento funcional dividido em quatro funções: habitação, trabalho, circulação e recreio.

Os edifícios são pensados em absoluto, como unidades autónomas dotadas de grande detalhe e qualidade arquitetónica, deixando assim para segundo plano o espaço sobrance: o espaço público aberto. Como exemplo ,temos a cidade de Brasília desenhada e planeada pelos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, uma cidade construída de raiz que se assemelha a um laboratório do urbanismo modernista. Embora a organização tenha sido meticulosamente estudada, bem como os acessos ou os edifícios e a sua função, esta cidade é detentora de uma escala desumana, que se adapta à máquina e não ao ser humano.

O termo síndrome de Brasília (Gehl, 2010) é usado então para definir uma cidade que é pensada através da vista aérea e não do ponto de vista, ou da altura do olhar do utilizador (fig. 22 e 23). Outro exemplo de desequilíbrio no planeamento do espaço público aberto, é o facto de terem sido criados departamentos de planeamento para o tráfego automóvel, mas não existirem departamento especializados na mobilidade pedonal.

Com a secundarização do espaço público, a saúde de uma população é agora entendida de forma puramente fisiológica, transformando o habitar numa espécie de clausura contemporânea, e o percurso puramente num meio para atingir um fim. Observa-se a evidente instrumentalização da arquitetura em prol de um discurso político fatalista, que vê na velocidade o progresso e a no ordem o bem-estar, deixando para trás um importante aspeto que integra a definição da saúde da OMS: o bem-estar social.



fig. 22- Rene Burri, Brasília, 1960.



fig. 23- Rene Burri, Brasília, 1997.

3. PLAYGROUND



fig. 24- Gary Winogrand, Nova Iorque, 1950.

3.1 CULTURA ESTANDARTIZADA

O percurso social-urbano de um ser humano tende a ser regulado, não só pelo ciclo biológico que lhe é intrínseco mas também pelo ritmo circadiano. Este corresponde ao ciclo de 24 horas pelas quais é composto um dia, sendo maioritariamente influenciado pela variação de luz e temperatura, que influencia a maior parte dos processos psicológicos e físicos do nosso corpo: emoções, digestão, sono, renovação celular e temperatura corporal.

Esta normalização corresponde a uma adaptação, uma forma mecânica de integrar um todo tangível através de regras subentendidas que resultam de uma experiência empírica condicionada. Existe um perpetuar de papéis e estatutos sociais através desta mesma normativa: uma regra intangível baseada nela própria, um autismo perverso com o qual vamos aprendendo a ser cidadãos.

A razão de existência desta norma reside na sua subversão, apenas criamos regras para que não se faça o que está fora das regras. Sem a subversão não existiria a regra e vice-versa. Questionemo-nos então porque brincamos, porque jogamos, porque subvertemos tão alegremente pequenas regras sem qualquer tipo de recompensa material associada? Será um ato puramente prazeroso que se manifesta numa necessidade de corte com a rotina, ainda que por breves instantes? Será, segundo Sigmund Freud, uma dualidade entre a procura do Eros e do Thanatos, um limbo entre prazer e dor, aquilo que nos faz feliz, ainda que momentaneamente?

A diferença entre o quotidiano urbano e o jogo é que jogar escolhe-se, cumprir o protocolo social e legislativo de uma cidade não, é nos imposto. Da mesma forma que o que é intangível nos legisla a consciência, aquilo que é construído também o faz. Utilizemos a arquitetura como exemplo. A arquitetura tem na sua apoteose, uma manifestação de matéria organizada, segundo um determinado conjunto de regras, para servir um determinado propósito ou utilização.

Este processo resulta de uma combinação entre o pensamento arquitetónico, técnico, poético²⁶ e a legislação em vigor. É naturalmente submetido a um escrutínio rigoroso visto que a sua natureza assim o exige. E como tal, espaço condicionado torna-se condicionante: um espaço que não consegue responder às necessidades específicas de uma determinada cultura regional/local, mas que se orgulha de fazer parte de um “standard” global, uma espécie de “ready made” arquitetónico que manifesta, envaidecidamente, um “Gestaltismo” precoce em que o todo suprime as pequenas partes que o constituem.

“When we think about space, we have only looked at its containers. As if space itself is invisible, all theory for the production of space is based on an obsessive preoccupation with its opposite: substance and objects, i.e. architecture. Architects could never explain space; Junkspace is our punishment for their mystifications.” (Koolhaas, 2002, p. 176).

No seu artigo *Junkspace*, Rem Koolhaas confronta-nos com uma hipótese cada vez mais presente na realidade urbana: o espaço lixo ou *Junkspace*. Este é um espaço construído através da acumulação de excessos: excesso de estímulos, de matéria e de objetos, como se de um produto de consumo rápido se tratasse. A sua organização mutante (fig. 25) é subjugada pela rede de AVAC (aquecimento, ventilação e ar-condicionado) e promove uma homogeneização cultural sedimentada na cultura da adição: mais é mais. Este é o resultado de uma cultura globalizada, em que o contexto deixa de ser local ou regional e passa a ser global, promovendo uma homogeneização identitária das comunidades e consequentemente da sua cultura.

Esta visão extremista de Koolhaas leva-nos a questionar a verdade arquitetónica dos espaços construídos. Qual a percentagem da intenção, ou do desígnio arquitetónico, que subsiste quando a obra está concluída? Que experiências podemos proporcionar aos utilizadores quando a obra construída se transforma em obra restringida? Que reminiscência de identidade cultural (local) existe, num edifício que assenta em premissas construtivas globais?

²⁶ Poético no sentido estético e emotivo em relação a um contexto cultural e à relação com o mesmo; Processo ligado ao imaginário e à atribuição de significados; “Poético: que pelo seu carácter de beleza ou encanto provoca uma emoção estética” (Costa & Mello, 1977)



fig. 22- Filip Dujardin, Dislocation, 2012.

Se o espaço público aberto é delimitado por construções, ou, se situa entre as mesmas, estas também vão contribuir para a forma como o mesmo é experienciado, logo, as construções circundantes a um espaço público aberto definem a sua condição/identidade, reforçando ou não uma identidade local e um sentido de comunidade ou pelo contrário, reforçam apenas uma utilização volátil como reflexo de uma cultura global/homogénea/fugaz?

Nas cidades assistimos cada vez mais à implementação de tipologias globais, espaços ou construções que se replicam não atentando à especificidade do lugar. Esta forma perversa de mimese, típica das grandes marcas ou dos grandes empresários e promotores, contribui de forma significativa para uma descaracterização da cidade, e conseqüentemente para uma perda de identidade cultural na mesma.

Ao caminharmos pelas ruas de uma cidade estamos a estabelecer uma ligação com o coletivo histórico da mesma. A espessura do tempo é-nos evidenciada de uma forma orgulhosamente descomprometida. Este sentimento de pertença a algo maior, a algo mais complexo, amplifica e potencia o nosso estado de estar no mundo, o nosso sentimento de pertença dum lugar ao qual chamamos nosso. Um lugar heterogéneo na sua composição, mas homogéneo na sua atmosfera, no qual revemos (e nos revemos) a nossa identidade cultural.

Sem heterogeneidade não existe identidade. Sendo esta mesma diferença o que nos caracteriza, o que nos possibilita a perceção de um sentido de identidade cultural, e sendo este mesmo sentido é o ponto de partida, para um sentido comunitário perene e significativo, questionamo-nos então: porque contribuí a arquitetura para o aumento das experiências standard a nível global, quando deveria ser uma forma de reforço do carácter identitário de uma determinada comunidade e não uma forma de o anular ou homogeneizar?

Com a passagem da sociedade de produção (Pré-Revolução Industrial) para a sociedade de consumo (da primeira Revolução Industrial até à Revolução Tecnológica atual), assiste-se a uma mudança drástica na condição social do ser humano. A rápida disseminação e conseqüente consumo de tecnologia tem vindo a alterar a forma como as pessoas se relacionam, e conseqüentemente a forma como vivem os lugares.

A socialização tecnologicamente assistida transforma as relações sociais e pessoais em experiências voláteis, pelo fato de possuímos o conhecimento mas não a sabedoria para utilizar as novas tecnologias. Vivemos num limbo entre o mundo virtual e o mundo real, e isso reflete-se na forma como vivemos o espaço público aberto de uma cidade. O que outrora foi um lugar de acontecimentos, lugar de convivências e vivências e de interações e ações sociais coletivas, passa agora a ser o cenário (fig. 26 e 27) para o enaltecimento do individualismo.

Cabe-nos, enquanto arquitetos, procurar atribuir ao espaço público um significado diferente, contrariar o isolamento e combater esta espécie de autismo em que vivemos. Para que se sedimente uma identidade cultural, um sentido de pertença do lugar e uma memória coletiva, é necessário atribuir mais liberdade de ação ao espaço público, torna-lo num palco de experiências significativas e perenes, dota-lo da capacidade de ser dinâmico e mutável para que possa acompanhar a evolução das cidades e das pessoas. Sendo a arquitetura um meio de relação entre o homem e o mundo, cabe-lhe si contribuir para uma percepção mais consciente e humanista do mesmo.



fig. 26- Antoine Geiger, *Sur-Fake*, 2015.



fig. 27- Antoine Geiger, Faith, Time, Tourism, 2015.

3.2 VAZIOS FUNDAMENTAIS

Os vazios urbanos são uma temática própria da cidade pós-industrial, que normalmente são definidos como zonas problemáticas, não resolvidas do ponto de vista funcional, não integradas ou até mesmo marginalizadas. O título deste subcapítulo pretende exatamente contradizer esta noção de que um vazio urbano é um vazio de conteúdo, contrapondo e explicando porque é que um vazio pode ser uma oportunidade para uma nova tipologia de espaço: mutável, expectante e significativa.

Para Ignasi de Solà Morales estes vazios designam-se por Terrain Vague: “Sus límites carecen de una incorporación eficaz, son islas interiores vaciadas de actividad, son olvidos y restos que permanecen fuera de la dinámica urbana. Se han convertido en áreas simplemente des-habitadas, in-seguras, im-productivas. En definitiva, lugares extraños al sistema urbano, exteriores mentales en el interior físico de la ciudad que aparecen como contraimagen de la misma, tanto en el sentido de su crítica como en el sentido de su posible alternativa” (Morales, 2009, p. 127). Esta definição vai ser usada como ponto de partida para o entendimento dos vazios urbanos ou Terrain Vague como vazios fundamentais.

Contradizendo a cidade como máquina de produção, os Terrain Vague parecem permanecer numa realidade própria dotada de um tempo suspenso. Neles podemos observar estruturas que outrora serviram a máquina produtiva e que se encontram obsoletas, reminiscências de uma ruralidade que se recusa a desaparecer ou, simplesmente um vazio funcional que existe dentro mas fora da realidade do sistema cidade. Lugares de impunidade onde a norma não conseguiu deixar o seu cunho, lugares de liberdade e de experiências fora da automatização do quotidiano urbano, lugares mutáveis e dinâmicos que criam memórias perenes através de qualidades e características efémeras.

Esta aparente inércia, em tom de insubordinação, reflete-se numa plataforma experimental, open-source, situada num limbo temporal que nos impõe um sentido de imediatez, do Eu e do Agora, que contribui significativamente para a construção de uma identidade coletiva e pessoal, na medida em que nos despe de preconceitos e de condicionantes e nos obriga a uma introspeção profunda que só pode ser conseguida através desta descontextualização espaço-temporal. Neste mesmo limbo, entre mutável e inerte, encontramos as condições ideais para uma apropriação ou interpretação de espaço fora dos cânones do quotidiano urbano (fig. 28), um espaço de jogo (play). Traduzindo literalmente, play para jogo, temos o substantivo jogo como “atividade lúdica executada por prazer ou recreio, divertimento, distração” e o verbo jogar como “tomar parte numa atividade lúdica, por prazer ou recreio; brincar” (Costa & Mello, 1977). Nesta segunda definição, brincar, encontramos “divertir-se (com jogos); entreter-se (com brincadeiras infantis); proceder com leviandade (Costa & Mello, 1977).

Partimos da definição de jogo de Johan Huizinga enquanto sendo “uma atividade que se processa dentro de certos limites temporais e espaciais, segundo uma determinada ordem e um dado número de regras livremente aceites, fora da esfera ou da utilidade material” (Huizinga, 2000, p. 19). Através desta definição percebemos que o jogo, embora possua algumas especificidades, não tem que necessariamente servir um propósito na esfera do útil, tendo em conta este útil como funcional, lucrativo ou material. Este carácter improdutivo do jogo contrasta com a máquina produtiva em que a cidade se tornou, daí a sua tendência a cair em esquecimento ou a ser encarado como um processo infantil cuja utilidade ou necessidade se tornam dúbias aos olhos de quem quer promover uma suposta sinergia na urbe.

Numa máquina de produção, o todo é composto por pequenas partes das quais são esperadas determinadas funções, para que seja atingido um objetivo da forma mais rápida e vantajosa possível, do ponto de vista económico. O mesmo se passa na cidade. Tal como uma peça que não traz vantagens à produção, as atividades que não trazem vantagens ao sistema produtivo em que a cidade se converteu, são descartadas. No entanto, se as peças que comprometem a integridade da máquina, por serem defeituosa se avariarem, são vistas pela engenharia como uma oportunidade de reinvenção de um sistema melhor. Serve esta analogia para que possamos entender o jogo/lúdico e os terrain-vague como oportunidades e não como problemas.



fig. 28- Robert Doisneau, *Les Frères*, 1934.

Oportunidades de novas ocupações, novas vivências, novas experiências e novas formas de apropriação do espaço. Embora não se integrem de forma literal na máquina urbana, ao estarem contidas na mesma, podem enriquecer e diversificar o seu funcionamento.

Temos como exemplo o trabalho do arquiteto Aldo Van Eyck. Na cidade de Amsterdão, durante o período pós-guerra, Van Eyck é o responsável pela requalificação de grande parte dos espaços intersticiais da cidade que recuperava de uma violenta II Guerra Mundial. Estes espaços, em grande parte destruídos ou sem utilização, foram alvo de uma abordagem que não assentava nos princípios funcionais/produtivos utilizados na altura, mas sim em princípios que pretendiam reativar a cidade através das relações sociais, que se conseguem num espaço que potencie o lúdico e a criatividade (fig. 29).

Desta vontade de integração do Jogo no quotidiano, surgem os Playgrounds. Esta tipologia consistia na utilização de um determinado número e tipo de elementos, geralmente abstratos, que permitiam uma apropriação livre e estimulavam a imaginação dos seus utilizadores. Os elementos em si não tinham um significado imediato, como um escorrega em forma de girafa, pelo contrário, o seu carácter não figurativo pretendia desencadear uma interpretação pessoal de cada utilizador. Estes elementos eram organizados de forma a não descaracterizar o lugar onde eram colocados, mantendo assim a ligação entre o utilizador e a cidade histórica, o seu sentido de identidade, enquanto promoviam um sentido de comunidade, ou de interação entre a vizinhança através de um espaço intersticial comum. Estas intervenções, que inicialmente começaram por ser de carácter temporário, acabaram por perdurar até aos dias de hoje. Cerca de 90 Playgrounds mantêm-se atualmente com o seu desenho inicial.

Existe em Van Eyck uma crença na capacidade de regeneração do espaço público através das crianças. A sua forma não convencional de apropriação e reinterpretação do espaço, gera uma energia muito própria e contagiante à qual é impossível ficar indiferente. Das crianças provém uma força anímica e uma curiosidade/ingenuidade que nos levam a querer entender o seu ponto de vista, a sua forma única e entusiasmante de descobrir permanentemente o mundo em seu redor. A forma como se movimentam, descomprometida, ingenuamente corajosa e por vezes até subversiva, remete-nos para uma dimensão de entendimento do mundo que temos vindo a perder, através do condicionamento social e legislativo em que nos desenvolvemos.

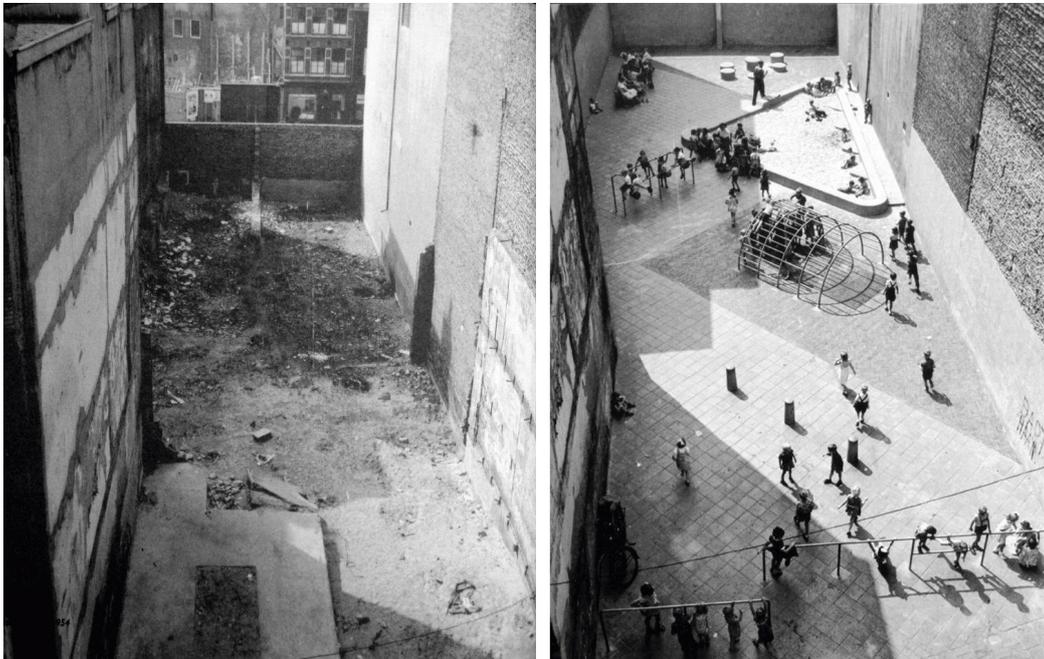


fig. 29- Beco antes e depois da intervenção de Van Eyck, fotografia de autor desconhecido.

4. CONCLUSÕES

Como se observou ao longo da presente dissertação o espaço público aberto de uma cidade, integra-se num tecido urbano complexo, diverso e multifuncional. Entendemos estes espaços como verdadeiros palcos de ação de uma cidade. Neles acontecem a maior parte dos encontros sociais involuntários, as ações transformadoras de mentalidades aquando da interação com os outros habitantes e o próprio desenvolvimento do homem enquanto ser biológico e social.

A sua influência na saúde e no bem-estar das pessoas manifesta-se:

1- Saúde fisiológica:

1.1- De forma negativa: poluição e poluição sonora que perturbam o normal funcionamento do sistema respiratório e o sistema auditivo; pouco espaço para caminhar livremente sem obstáculos, que origina sedentarismo nomeadamente na população sénior e com mobilidade reduzida; configurações morfológicas que não potenciam uma utilização menos convencional contribuindo assim para uma rotina puramente funcional de carácter produtivo.

1.2- De forma positiva: espaços públicos abertos que mantenham a continuidade do sistema Paisagem, mantendo os processos dinâmicos que contribuem para um bom funcionamento do nosso planeta e consequentemente para a sobrevivência da espécie humana; espaços públicos abertos que permitam a frequência por parte de todas as faixas etárias e níveis de mobilidade, que potenciem o movimento, anulando assim o sedentarismo e o isolamento; espaços públicos abertos que sejam limpos com frequência ou cujos sistemas de recolha de lixo permitam não tornar determinadas zonas da cidade em focos de infeção.

2-Saúde Psicológica e Social

2.1- De forma negativa: poluição e poluição sonora que são causadoras de stress e de estados de ansiedade na população; espaços públicos abertos e acessos dificultados/mal planeados/não atualizados, que são promotores do sedentarismo e do isolamento; espaços públicos abertos mono funcionais, que não promovem a diversidade de utilizações, contribuindo assim para uma rotina e para o tédio da população que opta pela não permanência nos mesmos.

2.2- De forma positiva: espaços públicos abertos inclusivos, com facilidade de acessos, de permanência e multifuncionais, que contribuem para uma maior interação social e ação social coletiva, que reforçam o sentido comunitário e a identidade cultural dos habitantes de uma cidade; presença de elementos que potenciem ações improdutivas no campo do lúdico, experiências multissensoriais, encontros sociais e promotores do movimento, que contribuam para uma quebra na rotina, promovendo assim uma ação catártica ou de sublimação que é essencial para o bem-estar psicológico e social.

Responde-se assim à pergunta de investigação (**Pode o espaço aberto condicionar a saúde dos utilizadores de uma cidade?**) de forma positiva. Quer pelas evidências encontradas em estudos nas referências bibliográficas quer pelo trabalho de campo através de observação, análise e compreensão das dinâmicas sociais dos espaços públicos abertos.

A arquitetura tem um papel importante na construção de um espaço público aberto que potencie a saúde e o bem-estar dos habitantes. O fato de ser um meio de interação com o mundo, que se manifesta através de matéria inerte organizada de uma determinada forma, confere-lhe a propriedade de construir e caracterizar relações entre o ser humano e mundo que o rodeia. Este é um aspeto de extrema relevância para o entendimento do espaço público aberto enquanto uma construção multidisciplinar e multifuncional.

Multidisciplinar porque o planeamento de um espaço público aberto deve englobar o conhecimento e a sabedoria das mais diversas áreas (arquitetura, arquitetura paisagista, sociologia, psicologia) para que possa oferecer uma resposta completa a um problema complexo que é a cidade.

Multifuncional porque o espaço público aberto não se deve centrar em ser mais uma zona de ação singular ou de carácter puramente produtivo, seguindo a política de zonamento que normalmente caracteriza uma cidade, em que cada zona deve servir uma só função. Deve sim, procurar ser um reflexo da complexidade e da diversidade em que se insere. A sua construção deve permitir ações fora do campo puramente funcional, útil ou produtivo, de forma a potenciar e permitir, que o aspeto recreativo e lúdico se manifeste de modo livre nas ações dos habitantes de uma cidade.

Para que exista promoção da saúde, da qualidade de vida e do bem-estar de uma determinada população, o espaço público aberto deve ser pensado para ser um espaço: flexível (que se adapte a várias utilizações/-funções), dinâmico (que possa facilmente sofrer alterações para se adaptar às necessidades/problemas de uma determinada época), acessível (no sentido em que deve ter a capacidade de promover a sua utilização por todos habitantes) e complexo (quer no seu planeamento quer na sua materialização, deve refletir a complexidade e a diversidade do sistema em que se insere e em simultâneo responder às necessidades dos habitantes).

5. BIBLIOGRAFIA

Araújo, A. T. (1997). *Ambiente Urbano e Saúde*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Pneumologia.

Augé, M. (2012). *Não-Lugares introdução a uma antropologia da sobre-modernidade*. Lisboa: Letra Livre.

Bauman, Z. (2000). *Liquid Modernity*. Malden: Polity Press.

Burn, I. (1994). A landscape is not something you look at but something you look through. *Australian Journal of Art* volume 12, 21-30.

Burney, D. (2010). *Active design guidelines promoting physical activity and health in design*. Nova Iorque: Center for active design.

Cabral, F. C. (1980). O Continuum Naturale e a conservação da natureza. In F. C. Cabral, *O Continuum Naturale e a conservação da natureza* (pp. 35-34). Lisboa: Serviços de Estudos do Ambiente.

Caldeira Cabral, F. (1993). *Fundamentos de arquitectura paisagista*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza.

Carapinha, A. (2003). *A utopia e os pés na terra : Gonçalo Ribeiro Telles*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

Carvalho, R. (2016). *A cidade social. Impasse. Desenvolvimento. Fragmento*. Lisboa: Tinta da china.

Costa, J. A., & Mello, A. S. (1977). *Dicionário da língua Portuguesa* (5th ed.). Porto: Porto Editora.

- Cullen, G. (1971). Paisagem Urbana. Lisboa: Edições 70.
- Dalsgaard, A. M. (Director). (2012). The Human Scale [Motion Picture].
- Domingues, Á. (2006). Cidade e Democracia : 30 anos de transformação urbana em Portugal. Lisboa: Argumentum.
- Editora, P. (2017). Infopédia Dicionários Porto Editora. Retrieved from Infopédia Dicionários Porto Editora: <https://www.infopedia.pt/>
- Gehl, J. (2010). Cities for people. Washington DC: Island Press.
- Gehl, J., & Svarre, B. (2013). How to study public life. Washington DC: Island Press.
- Huizinga, J. (2000). Homo Ludens (4th ed.). São Paulo: Editora Perspectiva.
- Koolhaas, R. (1994). Delirious New York. Nova Iorque: The Monacelli Press.
- Koolhaas, R. (2002). Junkspace. (T. M. Press, Ed.) October, 100, 175-190.
- Lefebvre, H. (2008). O direito à cidade. São Paulo: Centauro Editora.
- Marot, S. (2006). Suburbanismo y el arte de la memoria. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL.
- Matos, R. S. (2010). A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem. Évora: Universidade de Évora.
- Milheiro, A. V., & Afonso, J. (2005). Nuno Portas prémio Sir Patrick Abercrombie : UIA 2005. Lisboa: Ordem dos Engenheiros.
- Morales, I. d. (2009). Terrain Vague. In Territorios (pp. 122-132). Barcelona: Gustavo Gili.

OMS. (1946). Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO). Nova Iorque: OMS/WHO.

Portas, N. (1970). A cidade como arquitectura (4ª ed.). Lisboa: Livros horizonte.

Portas, N. (2005). Os tempos das formas. Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho.

Rodrigues, J. M. (2010). Teoria e crítica de arquitectura século XX. Lisboa: Ordem dos Arquitectos.

Scliar, M. (2007). História do Conceito de Saúde. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, 29-41.

Stevens, Q. (2007). *The Ludic City exploring the potencial of public spaces*. Nova Iorque: Routledge.

Távora, F. (1999). *Da organização do espaço*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Telles, G. R. (1992). *Jubilação do Professor Gonçalo Ribeiro Telles*. Évora: Universidade de Évora.

Villermé, L. R. (1840). *Tableau de l'état physique et moral des ouvriers employés dans les manufactures de coton, de laine et de soie*. Paris: Jules Renouard, Libraries. Retrieved from <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6503b.pdf>

6. ÍNDICE DE IMAGENS

Figura capa e contracapa- **autor:** David Freitas

fonte: Arquivo Fotográfico CME

Figura 1- **autor:** Hieronymus Bosch

fonte: Wikimedia Commons

Figura 2- **autor:** Julius Shulman

fonte: Wikimedia Commons

Figura 3- **autor:** Julius Shulman

fonte: Wikimedia Commons

Figura 4-**autor:** L.S. Lowry

fonte: Wikimedia Commons

Figura 5-**autor:** Andrew Howe

fonte: www.andrewhowe.format.com

Figura 6- **autor:** Henri Rousseau

fonte: Wikimedia Commons

Figura 7- **autor:** desconhecido

fonte: RIBA www.architecture.com

Figura 8- **autor:** desconhecido

fonte: RIBA www.architecture.com

Figura 9- **autor:** Gueorgui Pinkhassov

fonte: www.pro.magnumphotos.com

Figura 10- **autor:** Paolo Pellegrin

fonte: www.pro.magnumphotos.com

Figura 11- **autor:** Robert Doisneau

fonte: www.pro.magnumphotos.com

Figura 12- **autor:** desconhecido

fonte: www.gulbenkian.pt

Figura 13- **autor:** desconhecido

fonte: www.thehighline.org

Figura 14- **autor:** Andrei Tarkovsky

fonte: Stalker (filme)

Figura 15- **autor:** David Hurn

fonte: www.pro.magnumphotos.com

Figura 16- **autor:** António Pinto de Sousa (fotomontagem)
fonte: Google Earth

Figura 17- **autor:** António Pinto de Sousa (fotomontagem)
fonte: Google Earth

Figura 18- **autor:** Lars Von Trier
fonte: Dogville (filme)

Figura 19- **autor:** Cristobal Palma / Estudio Palma, Tadeuz Jalocho
fonte: www.archdaily.com

Figura 20- **autor:** Paolo Pellegrin
fonte: www.pro.magnumphotos.com

Figura 21- **autor:** Marcel Giró
fonte: www.pro.magnumphotos.com

Figura 22- **autor:** Rene Burri
fonte: www.pro.magnumphotos.com

Figura 23- **autor:** Rene Burri
fonte: www.pro.magnumphotos.com

Figura 24- **autor:** Gary Winogrand
fonte: www.pro.magnumphotos.com

Figura 25- **autor:** Filip Dujardin
fonte: www.filipdujardin.be

Figura 26- **autor:** Antoine Geiger
fonte: www.antoinegeiger.com

Figura 27- **autor:** Antoine Geiger
fonte: www.antoinegeiger.com

Figura 28- **autor:** Robert Doisneau
fonte: www.pro.magnumphotos.com

Figura 29- **autor:** desconhecido
fonte: www.researchgate.net

Nota: Todas as fotografias dos anexos (página A-15 até página A-113 são do autor)

7. ANEXOS

ANEXO 1 - PLANTA DE HIERARQUIA VIÁRIA	A-1
ANEXO 2 - PLANTA DE ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS	A-3
ANEXO 3- PLANTA DE COMÉRCIO	A-5
ANEXO 4 - HABITAÇÃO VS. ALOJAMENTO LOCAL	A-7
ANEXO 5 - AVALIAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO ABERTO	A-9

ANEXO 1

HIERARQUIA VIÁRIA



LEGENDA

1.VIAS PRINCIPAIS



1.1.PEDONAIS



2.VIAS SECUNDÁRIAS



2.1.PEDONAIS



3.VIAS COMPLEMENTARES



100m 200m

ANEXO 2

ESPAÇO PÚBLICO
ABERTO



LEGENDA

1. ESPAÇOS INTRA MUROS



2. ESPAÇOS EXTRA MUROS



3. PERÍMETRO CAMINHÁVEL

Raio=850m
Ao caminhar a uma velocidade de 5Km/h
percorrem-se 1.6Km em 20 minutos

4. ESPAÇO PÚBLICO INTRA
MUROS (VER ANEXO 5)

1 - 50



100m 200m

ANEXO 3

COMÉRCIO



LEGENDA

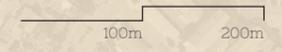
1.COMÉRCIO



2.CRUZAMENTOS ENTRE
ESPAÇO PÚBLICO ABERTO
E EIXO COMERCIAL



3.EIXO COMERCIAL



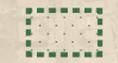
ANEXO 4

HABITAÇÃO
VS
ALOJAMENTO LOCAL

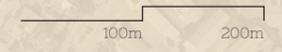


LEGENDA

1.ZONAS DE MAIOR
FIXAÇÃO DE HABITANTES



2.ALOJAMENTO LOCAL



ANEXO 5: AVALIAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO

Para uma melhor compreensão da dinâmica dos habitantes da cidade, e da sua relação com espaço público aberto, foram feitas diversas avaliações destes mesmos espaços. Estas avaliações tiveram como base uma tabela intitulada: “*12 criteria for assesing public space*” criada por Jan Gehl (Gehl & Svarre, *How to study public life*, 2013) de forma a obter uma avaliação quantitativa baseada numa série de características próprias dos espaços públicos abertos.

Com este estudo pretende-se compreender a relação entre os critérios que Jan Gehl utiliza para classificar o espaço público aberto e a sua utilização efetiva por parte dos habitantes. Esta relação é de extrema importância para a compreensão da dinâmica social dos habitantes e para a forma como os espaços públicos abertos contribuem para a mesma. Desde o pequeno largo até à grande praça, o espaço público aberto pode, ou não, ter a capacidade de fomentar o aumento das relações pessoais/sociais entre os habitantes, contribuindo assim para um maior sentido de comunidade e para uma memória coletiva perene e relevante, bem como contribuir para uma melhoria na saúde e no bem-estar das pessoas.

Na página seguinte podemos encontrar a “checklist” de Jan Gehl traduzida como ponto de partida para compreensão das avaliações. A tabela dispõe de 12 critérios que se dividem em subcritérios. Cada um dos 12 critérios principais vale um ponto, fazendo com que as avaliações possam ser classificadas de 0 a 12 pontos. Se forem cumpridos todos os subcritérios (cor verde das avaliações) atribui-se um ponto, se forem cumpridos em parte (cor amarela das avaliações) atribui-se meio ponto, se não forem cumpridos nenhuns dos subcritérios não se atribuem pontos (cor encarnada das avaliações).

CHECKLIST

PROTEÇÃO	<p>1.1 PROTEÇÃO CONTRA TRÁFEGO E ACIDENTES AUTOMÓVEIS: SENTIMENTO DE SEGURANÇA (SAFE)</p> <ul style="list-style-type: none"> -PROTEÇÃO PARA PEDESTRES -ELIMINAR O MEDO DO TRÁFEGO 	<p>1.2 PROTEÇÃO CONTRA CRIME E VIOLÊNCIA: SENTIMENTO DE SEGURANÇA (SECURE)</p> <ul style="list-style-type: none"> -ESPAÇO PÚBLICO ANIMADO -VISIBILIDADE, VER E SER VISTO (OLHOS NA RUA, CAMPO DA VISÃO) -FUNCIONAMENTO/ATIVIDADE DIA E NOITE -BOA ILUMINAÇÃO 	<p>1.3 PROTEÇÃO CONTRA EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS DESAGRADÁVEIS</p> <ul style="list-style-type: none"> -VENTO -CHUVA/NEVE -FRIO/CALOR -POLUIÇÃO -PÓ, RUÍDO E BRILHO
CONFORTO	<p>2.1 OPORTUNIDADE PARA CAMINHAR</p> <ul style="list-style-type: none"> -ESPAÇO PARA CAMINHAR -AUSÊNCIA DE OBSTÁCULOS -BOAS SUPERFÍCIES/PAVIMENTOS -ACESSIBILIDADE PARA TODOS -FACHADAS INTERESSANTES (ESTÍMULO VISUAL) 	<p>2.2 OPORTUNIDADES DE PERMANÊNCIA, EM PÉ OU ENCOSTADO</p> <ul style="list-style-type: none"> -"EDGE EFFECT" OU ZONAS ATRATIVAS PARA ESTAR OU FIGAR ENCOSTADO -ZONAS PARA ENCOSTAR 	<p>2.3 OPORTUNIDADES PARA SENTAR</p> <ul style="list-style-type: none"> -ZONAS PARA SENTAR -UTILIZAR VANTAGENS: VISTAS, SOL, PESSOAS -BONS SÍTIOS PARA SENTAR -BANCOS DE DESCANSO
	<p>2.4 OPORTUNIDADES PARA OBSERVAR/VER</p> <ul style="list-style-type: none"> -DISTÂNCIAS DE OBSERVAÇÃO CONFORTÁVEIS, RAZOÁVEIS -LINHAS DE OBSERVAÇÃO DESIMPEDIDAS -VISTAS INTERESSANTES -ILUMINAÇÃO (NOITE) 	<p>2.5 OPORTUNIDADES PARA FALAR E OUVIR</p> <ul style="list-style-type: none"> -NÍVEL DA RUA COM POUCO RUÍDO, POLUIÇÃO SONORA -MOBILIÁRIO URBANO QUE POTENCIE "TALKSCAPES": ZONAS DE CONVERSAÇÃO/DIÁLOGO/INTERAÇÃO 	<p>2.6 OPORTUNIDADES PARA ATIVIDADE FÍSICA (JOGO) E EXERCÍCIO</p> <ul style="list-style-type: none"> -ZONAS QUE CONVIDEM À ATIVIDADE CRIATIVA, ATIVIDADE FÍSICA, EXERCÍCIO E DIVERSÃO (PLAY) -DIA E NOITE -VERÃO E INVERNO
APRAZABILIDADE	<p>3.1 ESCALA</p> <ul style="list-style-type: none"> -EDIFÍCIOS E ESPAÇOS DESENHADOS PARA A ESCALA HUMANA 	<p>3.2 OPORTUNIDADES PARA DISFRUTAR DOS ASPETOS POSITIVOS DO CLIMA</p> <ul style="list-style-type: none"> -SOL/SOMBRA -CALOR/FRESCO -BRISA 	<p>3.3 EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS POSITIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> -BOM 'DESIGN' E BOM DETALHE -BONS MATERIAIS -BOAS VISTAS -ÁRVORES, PLANTAS (VEGETAÇÃO) E ÁGUA

ESPAÇOS E METODOLOGIA:

Para as avaliações foram escolhidos os espaços públicos abertos com maior expressão no centro histórico de Évora e alguns vazios urbanos que pelas suas características, sugeriram ser um potencial espaço público aberto, embora não estejam catalogados como tal. O critério para a escolha destes espaços baseou-se na premissa de que o espaço público aberto não deve ser reduzido apenas a um paradigma funcional, mas deve também potenciar usos improdutivos, lúdicos e com capacidade de suportar uma utilização mais livre.

Para além do preenchimento da “*checklist*” foi também feita uma observação ativa dos espaços públicos, durante o período diurno. Esta observação pretende suportar a análise entre a relação da classificação obtida através dos critérios de Gehl e a intensidade/forma de utilização/ocupação efetiva dos espaços públicos em questão.

No fim deste capítulo serão apresentadas algumas conclusões relativas a esta coleta de dados.

Nº1: JARDIM PÚBLICO



11 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É um espaço bastante frequentado quer como espaço de passeio quer como espaço de permanência. Não existe funcionamento noturno do espaço exceto durante a Feira de S. João, que apenas acontece um vez por ano. A frequência deste espaço em estações mais frias torna-se muito reduzida devido à pouca proteção que oferece contra a chuva e o vento.

Nº2: PRAÇA 1 DE MAIO



5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É essencialmente um espaço de passagem, embora as suas dimensões, e o escasso mobiliário urbano que possui, sugiram que pretenda ser um espaço de permanência. Tem uma ocupação maior durante os mercados de sábado de manhã que se realizam atualmente todos os fins de semana, e também durante alguns eventos esporádicos como a feira medieval e alguns espetáculos de rua.

Nº3: PRAÇA 1 DE MAIO (ANTIGO LARGO DE S. FRANCISCO)



4 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

Apesar da sua proximidade da zona de circulação de automóveis, e da ausência de qualquer tipo de limite ou zona de transição, este espaço consegue fixar um grande número de habitantes pelo facto de ser confinado maioritariamente por restaurantes com esplanadas, o que leva a uma maior permanência das pessoas no mesmo, principalmente durante os períodos de calor.

Nº4: PRAÇA DO GIRALDO



5.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É um dos espaços públicos abertos com maior importância na cidade, seria espectacular que conseguisse proporcionar uma maior permanência de habitantes e uma maior diversidade de atividades. A permanência de utilizadores deve-se essencialmente às esplanadas, aos bancos da fonte e ao mobiliário urbano. O espaço tem uma ocupação maior quando existem eventos como concertos, feiras e exposições ao ar livre.

Nº5: LARGO DE S. VICENTE



8.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

Espaço com umas escala bastante humana e aconchegante, o resultado disso mesmo é a permanência das pessoas quer nas esplanadas quer nas escadas da Igreja de S. Vicente. O facto de não ter qualquer contacto direto com as vias de circulação de automóveis confere-lhe uma atmosfera de tranquilidade (menos poluída e menos ruidosa) que potencia a permanência dos habitantes.

Nº6: LARGO DE ÁLVARO VELHO



9.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

Apesar da esporádica passagem de automóveis pelo largo, o pouco mas suficiente mobiliário urbano, a sua escala, a diversidade de comércio e a existência de árvores (Jacarandás que são particularmente especiais quando em floração) fazem que seja um espaço com uma permanência constante dos habitantes nas épocas de temperaturas mais amenas. É um espaço rico em estímulos sensoriais e isso manifesta-se na sua frequência de utilização.

Nº7: LARGO DA GRAÇA



4 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

O largo, cuja função inicial seria a de valorizar duas construções de grande importância patrimonial: a Igreja e o Convento de Graça (atual messe de oficiais) é agora um parque de estacionamento. A presença constante de automóveis (quer em movimento quer estacionados) e a ausência de um limite entre zona pedonal e via automóvel, contribuem em grande forma para que este não seja um espaço de permanência e consequente vivência.

Nº8: LARGO DA MISERICÓRDIA



5.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

A falta de mobiliário urbano adequado e a constante presença de automóveis parecem ser as causas da pouca permanência neste espaço. A sua morfologia irregular e a forte presença de massa arbórea fazem com que tenha uma atmosfera muito especial, dinâmica e estimulante a nível sensorial, principalmente nas épocas de temperaturas mais amenas.

Nº9: RUA DO EBORIM



3 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É um espaço expectante, apesar de ser considerado um espaço de passagem ou de estacionamento, a sua escala e morfologia sugerem uma possível ocupação, quer temporária quer permanente. A ausência de tráfego automóvel ou a redução do mesmo, a existência de passeios, de vegetação e de mobiliário urbano poderiam conferir-lhe uma maior utilização como espaço de permanência

Nº10: LARGO DR. ALVES BRANCO (ANTIGO LARGO DA RAMPA)



2.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

O largo, dotado de uma escala bastante agradável (escala humana) e de alguma vegetação, não consegue ser um espaço de permanência ou de vivência pelo facto da sua ocupação permanente por automóveis.

Nº11: LARGO DOS CASTELOS



5.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É um espaço expectante, apesar de ser considerado um espaço de passagem ou de estacionamento, a sua escala e morfologia sugerem uma possível ocupação, quer temporária quer permanente. A ausência de tráfego automóvel ou a redução do mesmo, a existência de passeios, de vegetação e de mobiliário urbano poderiam conferir-lhe uma maior utilização como espaço de permanência

Nº12: LARGO DAS PORTAS DE MOURA



7 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É um espaço com bastante atividade, quer pedonal quer automóvel. Dispõe de uma pequena arcada onde existem esplanadas que são frequentemente utilizadas apesar do contacto direto com automóveis. O seu tabuleiro central sugere algum tipo de caracterização e posterior ocupação (mobiliário urbano, vegetação etc.)

Nº13: LARGO DAS PORTAS DE MOURA (FONTE)



4 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

A Fonte das Portas de Moura foi edificada em 1956 com o intuito de distribuir publicamente a água que chegava à cidade pelo Aqueduto da Água de Prata. A sua valorização enquanto património é inexistente, quer pelo seu curtíssimo embasamento que não permite um usufruto da mesma, quer pelo facto de ter a função de separador viário. Com alguma reestruturação do seu limite/embasamento seria de certo um espaço de maior permanência.

Nº14: JARDIM DO BACALHAU



9.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

O espaço já dispõe de quase todas as condições necessárias para ser um espaço público aberto de permanência. Apesar da morfologia, mobiliário urbano e vegetação, o quiosque que lá existe não está em funcionamento há alguns anos, o que contribui para que não haja utilização deste espaço por parte dos habitantes nem dos visitantes.

Nº15: LARGO DE MACHEDE NOVO



2 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É um espaço expectante, apesar de ser considerado um espaço de passagem ou de estacionamento, a sua escala e morfologia sugerem uma possível ocupação, quer temporária quer permanente. A ausência de tráfego automóvel ou a redução do mesmo, a existência de passeios, de vegetação e de mobiliário urbano poderiam conferir-lhe uma maior utilização como espaço de permanência.

Nº16: LARGO DE MACHEDE VELHO



2.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É um espaço expectante, apesar de ser considerado um espaço de passagem ou de estacionamento, a sua escala e morfologia sugerem uma possível ocupação, quer temporária quer permanente. A ausência de tráfego automóvel ou a redução do mesmo, a existência de passeios, de vegetação e de mobiliário urbano poderiam conferir-lhe uma maior utilização como espaço de permanência.

Nº17: RUA DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS



3.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É um espaço expectante, apesar de ser considerado um espaço de passagem ou de estacionamento, a sua escala e morfologia sugerem uma possível ocupação, quer temporária quer permanente.

Nº18: LARGO DA SENHORA DA NATIVIDADE



4.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É um espaço expectante, apesar de ser considerado um espaço de passagem ou de estacionamento, a sua escala e morfologia sugerem uma possível ocupação, quer temporária quer permanente.

Nº19: LARGO DOS COLEGIAIS



4.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

O largo acolhe a Igreja do Espírito Santo e uma das entradas do Colégio do Espírito Santo, atualmente um dos polos da Universidade de Évora. A sua localização e morfologia sugerem que deveria ter uma maior caracterização e menos tráfego/estacionamento automóvel, de forma a valorizar o património arquitetónico que o confina e a ser mais apelativo para os habitantes enquanto espaço de permanência

Nº20: LARGO DR. MÁRIO CHICÓ



3 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É um espaço expectante, apesar de ser considerado um espaço de passagem ou de estacionamento, a sua escala e morfologia sugerem uma possível ocupação, quer temporária quer permanente, nomeadamente na plataforma elevada em relação à rua, contígua à entrada do pátio de S. Miguel. A permanência neste espaço podia ser aumentada através da existência de mobiliário urbano, vegetação e/ou café com esplanada.

Nº21: LARGO DE D.MIGUEL DE PORTUGAL



3 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

O largo é confinado em parte pela Sé de Évora. A sua utilização é maioritariamente parque de estacionamento. Quer pela sua localização, pela sua envolvente e pela sua morfologia, era de esperar que existisse uma maior caracterização (árvores, mobiliário urbano, menos trânsito) deste mesmo largo, de forma a que pudesse ter uma maior permanência por parte dos habitantes e dos visitantes da cidade.

Nº22: RUA 5 DE OUTUBRO



3 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É uma das ruas com maior dinâmica da cidade, no entanto, a sua ocupação tende a ser feita exclusivamente por comércio direcionado ao turismo e alojamentos locais. Isto faz com que deixe de servir o quotidiano dos habitantes, subvertendo assim a sua identidade e anulando um fator basilar para a construção memória coletiva e identidade cultural, características pelas quais o próprio turismo existe. O alargamento no seu topo sugere uma possível ocupação temporária.

Nº23: LARGO DO CONDE DE VILA FLOR (SÉ)



8.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

Apesar de ter bastante espaço reservado a estacionamento automóvel, o largo tem um grande fluxo de habitantes e turistas a permanecer no mesmo, quer pelo facto de ser confinado pela Sé de Évora e pelo Museu de Évora, quer por possuir mobiliário urbano bem posicionado de baixo das árvores. Também o próprio adro da Sé, espaço de bastante passagem e permanência, é um espaço contíguo a este largo.

Nº24: RUA VASCO DA GAMA



4.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

Na Rua Vasco da Gama existe uma pequeno alargamento de via que funciona maioritariamente como zona de estacionamento automóvel mas também como esplanada de um café. Este espaço está bastante descaracterizado e não promove uma grande fixação/utilização por parte dos habitantes, é um espaço de passagem.

Nº25: LARGO ALEXANDRE HERCULANO (ANTIGO LARGO DE S. TIAGO)



2.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

O largo que é atualmente um parque de estacionamento confronta com a Igreja de S. Tiago, pouco conhecida mas riquíssima em frescos e painéis de azulejos. A atual utilização enquanto parque de estacionamento, contribui não só para a degradação do património arquitetónico através da emissão de gases nocivos pelos automóveis, como também contribui para a não permanência das pessoas pois o automóvel tem prioridade neste lugar.

Nº26: PRAÇA DO SERTÓRIO



10.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É um espaço de bastante utilização e permanência por parte dos habitantes e turistas, é confinado pelo edifício da Câmara Municipal de Évora, pela Igreja do Salvador e pelo edifício das finanças. É também confinado por alguns cafés com esplanadas e algumas lojas. Também é utilizado por vezes como palco de alguns eventos culturais: concertos, cinema ou peças de teatro. Só se observa uma quebra na sua utilização no Inverno e em tempo chuvoso.

Nº27: LARGO DO CONDE DE VILA FLOR (TEMPLO DE DIANA)



7.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É o “palco principal” da cidade de Évora. A sua localização na cota mais alta da cidade e o Templo Romano fazem com que seja um espaço muito visitado. Existem vários edifícios de interesse no limite deste largo, ainda assim o tráfego automóvel parece comprometer uma estadia mais duradoura ou uma maior vivência deste mesmo largo onde quase não existem passeios ou zonas assumidamente pedonais.

Nº28: JARDIM DIANA



10 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

Este pequeno jardim/miradouro situado perto do Templo Romano tem bastante utilização quer por parte dos habitantes da cidade quer por parte dos turistas. Dispõe de um quiosque e esplanada, algum mobiliário urbano, uma pequena fonte e bastante sombra quando as árvores estão com a copa bem arranjada. A sua utilização reduz-se bastante no Inverno e em tempo chuvoso.

Nº29: JARDIM DOS COLEGIAIS



9 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

Um pequeno jardim “*promenade*” perto de diversos pontos de interesse. Um lugar bastante prazeroso para um passeio ou para permanência visto que tem muita sombra. Estranhamente este jardim é muito pouco utilizado por parte dos habitantes, talvez o facto de dispor de muito pouco mobiliário urbano e nenhum estabelecimento comercial condicione a não permanência das pessoas no mesmo.

Nº30: LARGO DR. EVARISTO CUTILEIRO (ANTIGO LARGO DE S. MAMEDE)



9.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

Apesar de dispor de inúmeros elementos potenciadores da permanência no espaço público: vegetação e sombra, mobiliário urbano, água corrente uma escala adaptada ao homem, este largo não tem a capacidade de fixar as pessoas, talvez através da ocupação temporária do mesmo com outras utilizações se conseguisse subverter esta ausência de permanência de habitantes.

Nº31: RUA JOÃO DE DEUS



8.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

Este pequeno troço entre a rua João de Deus e a Praça do Giraldo é um espaço que tem bastante ocupação por parte dos habitantes, ainda assim continua a ser usado como zona de estacionamento e eventual passagem de automóveis. É um espaço com potencial para acolher novas utilizações caso se opte por vedar o seu acesso apenas a tráfego pedonal.

Nº32: RUA DE SANTA CATARINA x RUA DO IMAGINÁRIO



5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É um espaço expectante, apesar de ser considerado um espaço de passagem ou de estacionamento, a sua escala e morfologia sugerem uma possível ocupação, quer temporária quer permanente. A ausência de tráfego automóvel ou a redução do mesmo e o melhor aproveitamento das galerias do edifício de Santa Catarina poderiam conferir-lhe uma maior utilização como espaço de permanência.

Nº33: RUA JOÃO DE DEUS (LARGO)



9 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

Na zona de maior alargamento da Rua João de Deus, podemos observar uma maior concentração de habitantes, apesar do pouco mobiliário urbano o facto de existirem bastantes lojas confinantes faz com que os habitantes parem e interajam mais uns com os outros fazendo com este espaço tenha uma grande permanência de pessoas, principalmente aos sábados de manhã.

Nº34: LARGO DO AMAURIZ



2.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É um espaço expectante, apesar de ser considerado um espaço de passagem ou de estacionamento, a sua escala e morfologia sugerem uma possível ocupação, quer temporária quer permanente. A ausência de tráfego automóvel ou a redução do mesmo, a existência de passeios, de vegetação e de mobiliário urbano poderiam conferir-lhe uma maior utilização como espaço de permanência.

Nº35: RUA DAS FONTES x RUA DO AMAURIZ



2.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É um espaço expectante, apesar de ser considerado um espaço de passagem ou de estacionamento, a sua escala e morfologia sugerem uma possível ocupação, quer temporária quer permanente. A ausência de tráfego automóvel ou a redução do mesmo, a existência de passeios, de vegetação e de mobiliário urbano poderiam conferir-lhe uma maior utilização como espaço de permanência.

Nº36: RUA DE AVIZ x TRAVESSA DO SERPE



8 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

Este pequeno largo é utilizado como esplanada de um estabelecimento comercial e como parque de estacionamento. Apesar de ser bastante agradável durante a Primavera e o Verão, a sua utilização durante o Outono e o Inverno é bastante reduzida. Medidas como minimizar o tráfego automóvel e a colocação estratégica de sombreamento através de vegetação ajudariam a aumentar a qualidade deste espaço.

Nº37: JARDIM DO LARGO DE AVIZ



9.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

O pequeno Jardim do Largo de Aviz é como um oásis. Quando está na sua melhor forma: fonte com água corrente, sebes aparadas e árvores com copas densas, é palco de inúmeras atividades lúdicas por parte dos habitantes, ainda que a presença da estrada seja constante, a forma como está elevado em relação à mesma e o seu limite vegetal conferem-lhe um sentido de proteção bastante elevado.

Nº38: LARGO DOS ESTAÇOS



3 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É um espaço expectante, apesar de ser considerado um espaço de passagem ou de estacionamento, a sua escala e morfologia sugerem uma possível ocupação, quer temporária quer permanente. Exemplo disso eram os arraiais/festas da Rua de Aviz que aqui eram realizadas, eventos que são na sua maioria subvalorizados e no entanto são um grande contributo para a construção do sentido comunitário dos habitantes.

Nº39: LARGO DO CHÃO DAS COVAS



9.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

Apesar da sua grande área, presença de massa arbórea e mobiliário urbano, o Largo do Chão das Covas parece não ser uma escolha comum dos habitantes da cidade, exceto quando existem eventos esporádicos como concertos. Talvez o facto de estar ladeado por automóveis, da disposição pouco cuidada quer do mobiliário urbano quer das árvores façam com este largo não seja um sítio confortável para estar.

Nº40: TRAVESSA DO SERPE x RUA DO CANO



3 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É um espaço expectante, apesar de ser considerado um espaço de passagem ou de estacionamento, a sua escala e morfologia sugerem uma possível ocupação, quer temporária quer permanente. A ausência de tráfego automóvel ou a redução do mesmo, a existência de passeios, de vegetação e de mobiliário urbano poderiam conferir-lhe uma maior utilização como espaço de permanência.

Nº41: LARGO DE SEVERIM DE FARIA



3.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É um espaço expectante, apesar de ser considerado um espaço de passagem ou de estacionamento, a sua escala e morfologia sugerem uma possível ocupação, quer temporária quer permanente. A ausência de tráfego automóvel ou a redução do mesmo, a existência de passeios, de vegetação e de mobiliário urbano poderiam conferir-lhe uma maior utilização como espaço de permanência.

Nº42: PRAÇA JOAQUIM ANTÓNIO DE AGUIAR



8.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

A pequena fonte da Praça Joaquim António de Aguiar poderia ser um ponto de maior permanência numa cidade em que água é naturalmente mais valorizada por fatores históricos, culturais e climáticos. O facto da água estar na maioria das vezes suja ou parada (sem a fonte em funcionamento) faz com que perca o interesse, também a passagem constante de automóveis não contribui para o conforto e permanência dos habitantes.

Nº43: JARDIM DAS CANAS



10.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

O Jardim das Canas que enquadra o Teatro Garcia de Resende é um espaço bastante utilizado pela população, a generosa mancha verde possibilita uma diversidade de atividades e de ocupações. Embora disponha de algum mobiliário urbano e sombreamento, devia ser pensada uma forma de sombrear parte do seu centro, de forma a permitir, por exemplo, às pessoas poderem fazer piqueniques no mesmo.

Nº44: TRAVESSA ÁLVARO PIRES x TRAVESSA ANDRÉ CAVALO



2.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É um espaço expectante, apesar de ser considerado um espaço de passagem ou de estacionamento, a sua escala e morfologia sugerem uma possível ocupação, quer temporária quer permanente. A ausência de tráfego automóvel ou a redução do mesmo, a existência de passeios, de vegetação e de mobiliário urbano poderiam conferir-lhe uma maior utilização como espaço de permanência.

Nº45: LARGO DE COGULOS



3 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É um espaço expectante, apesar de ser considerado um espaço de passagem ou de estacionamento, a sua escala e morfologia sugerem uma possível ocupação, quer temporária quer permanente. A ausência de tráfego automóvel ou a redução do mesmo, a existência de passeios, de vegetação e de mobiliário urbano poderiam conferir-lhe uma maior utilização como espaço de permanência.

Nº46: RUA DO TEATRO



2.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

Sendo assumidamente um parque de estacionamento, a permanência por parte dos habitantes é bastante reduzida porque o leque de atividades que o lugar poderia oferecer está limitado à sua função atual. Ainda assim poderia ser organizado de forma a aproveitar melhor o espaço, nomeadamente na zona que confronta o teatro Garcia de Resende a nordeste e os edifícios de habitação a norte.

Nº47: LARGO DOS PENEDOS



7 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

Apesar de ter sofrido uma recente requalificação (2013) a quantidade de carros presente no largo continua a desmotivar a ocupação da plataforma central. Esta plataforma foi o objeto da requalificação acima mencionada, cujo intuito foi construir mesas e bancos debaixo do plátano centenário de forma a potenciar a ocupação da zona central do largo, algo que falhou redondamente.

Nº48: LARGO DAS ALTERAÇÕES DE ÉVORA



7 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

O espaço dispõe de algum mobiliário e algumas árvores de forma a potenciar a ocupação por parte dos habitantes. Apesar da existência destes elementos, a sua proximidade da estrada e a inexistência de um limite entre o tabuleiro central e a estrada parecem ser responsáveis pela pouca ocupação do espaço. Também a própria organização do mobiliário urbano é segregadora, não potenciando as relações sociais e pessoais.

Nº49: RUA DO MURO x TRAVESSA DO LANÇA E DARDO



3.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É um espaço expectante, apesar de ser considerado um espaço de passagem ou de estacionamento, a sua escala e morfologia sugerem uma possível ocupação, quer temporária quer permanente. A ausência de tráfego automóvel ou a redução do mesmo, a existência de passeios, de vegetação e de mobiliário urbano poderiam conferir-lhe uma maior utilização como espaço de permanência.

Nº50: RUA DE S.DOMINGOS



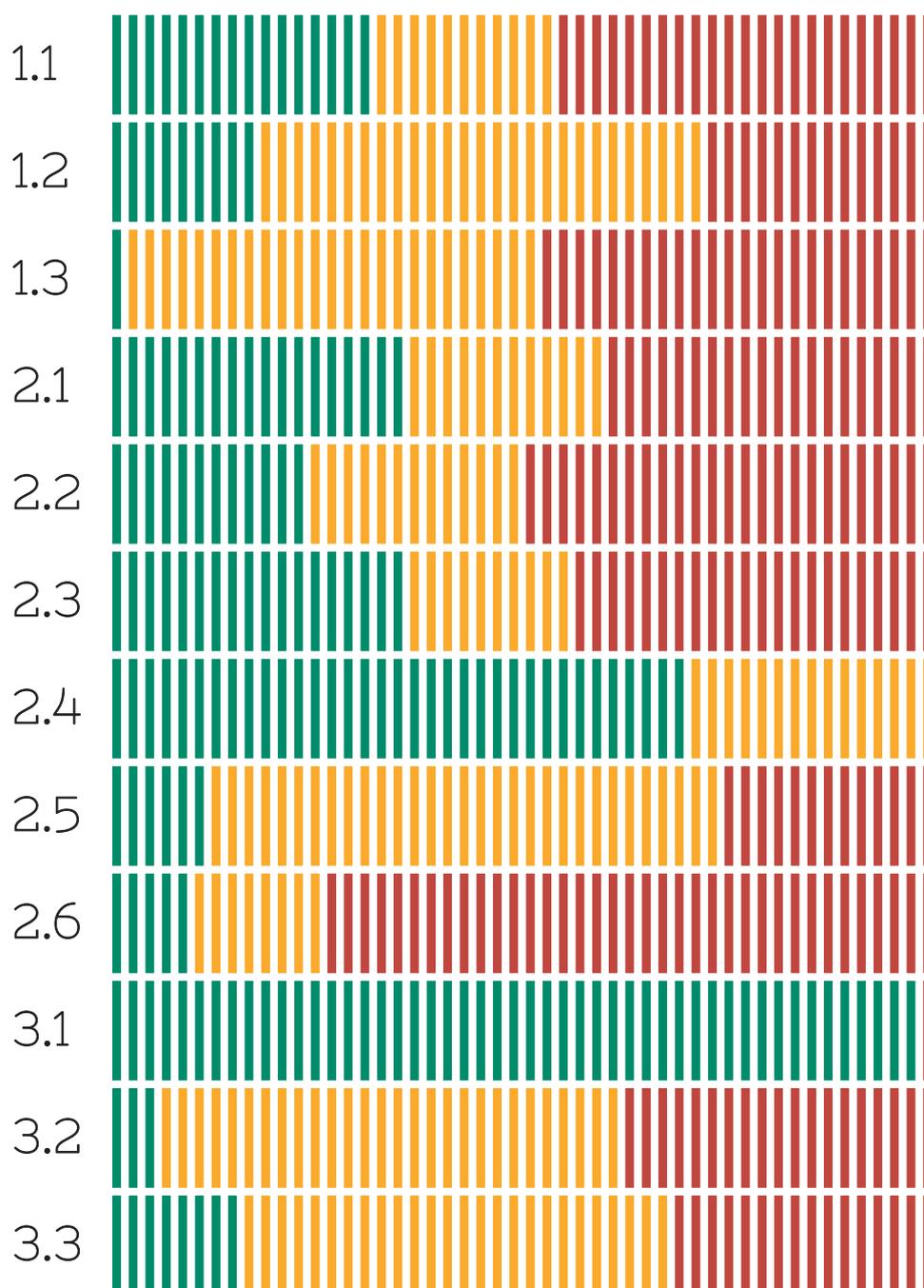
3.5 PONTOS

1.1	1.2	1.3
2.1	2.2	2.3
2.4	2.5	2.6
3.1	3.2	3.3

Observações:

É um espaço expectante, apesar de ser considerado um espaço de passagem ou de estacionamento, a sua escala e morfologia sugerem uma possível ocupação, quer temporária quer permanente. A ausência de tráfego automóvel ou a redução do mesmo, a existência de passeios, de vegetação e de mobiliário urbano poderiam conferir-lhe uma maior utilização como espaço de permanência.

GRÁFICO INTERPRETATIVO:



ANÁLISE:

Para uma análise quantitativa partimos do gráfico da página anterior. Este relaciona o número total de pontos atribuídos a cada critério de classificação de Gehl, para todo o conjunto de espaços públicos abertos em estudo. Como podemos observar, as maiores lacunas no espaço público aberto residem nos seguintes pontos:

1.1- Pelo facto da presença permanente de automóveis no centro histórico de Évora e pelo défice de áreas exclusivamente pedonais. Este fator é extremamente limitativo de uma utilização do espaço público aberto, quer pela escassez de passeios quer pela poluição atmosférica e sonora que os automóveis originam. Para além de serem altamente nocivas para a saúde das pessoas, contribuem bastante para o aumento da temperatura da cidade bem como para a degradação dos edifícios do centro histórico, através da corrosão que os gases tóxicos que emanam intensifica.

1.3- Existe também uma lacuna de zonas cobertas que permitam usufruir da maior parte dos espaços públicos abertos, nomeadamente no inverno. Estas poderiam ser estruturas temporárias que fornecessem o abrigo necessário para que a utilização do espaço não tivesse um decréscimo tão grande nas estações frias.

2.2, 2.3 e 2.5- Zonas para estar ou para sentar: embora exista algum mobiliário urbano, a tendência é que seja pouco utilizado. Nem sempre a sua colocação é escolhida da melhor forma e o seu design parece ser antiquado e pouco ergonómico. Ainda que seja uma tarefa difícil a de desenhar mobiliário urbano que se integre no centro histórico, a funcionalidade do mesmo deveria ser a sua prioridade e não a estética. É ainda este mesmo mobiliário que pode potenciar uma conversa ou um encontro, para isso deve ser desenhado em conjunto e não individualizado, deve promover o encontro e não o isolamento.

2.6- Esporadicamente existem ocupações temporárias de alguns dos espaços públicos abertos, e isso reflete-se na intensidade e diversidade da sua utilização. No entanto nunca foi habitual a colocação de estruturas potenciadoras do lúdico ou da atividade física, talvez por ser um risco para os autarcas ou por parecer pouco funcional para quem planeia. A verdade é que a colocação de algumas destas estruturas poderia desencadear uma série de apropriações que seriam de extrema importância para a dinâmica do espaço público aberto, e talvez assim, a permanência no mesmo aumentasse. É de salientar que os atos não produtivos associados a estas estruturas são de uma grande importância para a saúde mental e social dos habitantes, promovem o livre arbítrio e a catarse, quer através de uma interpretação livre das mesmas quer através da atividade física. Promovem ainda o encontro e a reação perante o desconhecido, reforçando assim o sentido comunitário dos habitantes.

3.2 e 3.3- A presença de mais árvores e de vegetação seriam sem dúvida o mais valia para uma cidade com uma amplitude tão grande de clima, ajudariam a manter a cidade fresca no verão, proporcionariam zonas de sombra, contribuía para uma limpeza da atmosfera da cidade, tornando assim o ar que respiramos mais saudável e aumentavam a biodiversidade dentro do centro histórico. Também o pavimento em calçada, que embora seja uma das características mais vincadas da identidade cultural da cidade, é um fator de restrição à mobilidade de todos, a sua configuração deveria ser repensada de forma a promover uma maior utilização da rua e do espaço público aberto.

Dentro dos aspetos mais positivos, temos a escala humana da cidade. Esta mesma escala permite que Évora seja uma cidade potenciadora do estar, do caminhar e do observar. Existe um certo conforto nas suas ruas e isso faz com que seja um lugar de grande aconchego, quer para quem visita quer para quem a habita permanentemente. A sua configuração pouco previsível faz com que um passeio a pé seja uma descoberta constante, uma leitura permanente e surpreendente da espessura do tempo que a constrói, proporcionando assim aos seus habitantes e a quem a visita um sentimento de lugar singular, confortável e apropriado para a escala do homem.

A CIDADDE EM JOGO





UNIVERSIDADE DE ÉVORA

